

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS
SOCIAIS**

VIVIANE VAZ CASTRO

“UM PASSO À FRENTE E JÁ NÃO ESTAMOS NO MESMO LUGAR”: a
incorporação do feminismo pelos planos de governo de partidos de
esquerda nas eleições de 2018

**MOSSORÓ
2019**

VIVIANE VAZ CASTRO

**“UM PASSO À FRENTE E JÁ NÃO ESTAMOS NO MESMO LUGAR”: a
incorporação do feminismo pelos planos de governo de partidos de
esquerda nas eleições de 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mirla Cisne Álvaro.

**MOSSORÓ
2019**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

C355p Castro, Viviane Vaz
UM PASSO À FRENTE E JÁ NÃO ESTAMOS NO
MESMO LUGAR: a incorporação do feminismo pelos
planos de governo de partidos de esquerda nas
eleições de 2018. / Viviane Vaz Castro. - MOSSORO,
2019.
107p.

Orientador(a): Profa. Dra. Mirla Cisne.
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais. 2.
Partido político. 3. Esquerda. 4. Eleição. 5. Feminismo. I. Cisne, Mirla. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

VIVIANE VAZ CASTRO

**“UM PASSO À FRENTE E JÁ NÃO ESTAMOS NO MESMO LUGAR”: a
incorporação do feminismo pelos planos de governo de partidos de
esquerda nas eleições de 2018**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais.

Outubro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mirla Cisne Álvaro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Rivânia Lúcia Moura de Assis
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Prof^a. Dr^a. Suamy Rafaely Soares
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Prof^a. Dr^a. Máira Kubík Taveira Mano
Universidade Federal da Bahia

A todas as mulheres que estão ou já estiveram na difícil e inquietante tarefa de construir uma organização partidária. Àquelas que abrem alas para que outras tantas também possam passar...

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos meses de bolsa durante o mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e todo corpo docente e discente. Agradeço pelos debates realizados, pelas aulas encantadoras, por me instigar a estudar e por realizar o sonho de fazer o Mestrado em Mossoró/RN. Encontrei na UERN um espaço físico precário, mas um conjunto de profissionais e estudantes que fazem dessa Universidade um dos melhores lugares para se trabalhar e estudar.

À minha turma do Mestrado, especialmente Camila Mesquita, Ridiane e Lucas.

À minha orientadora, Mirla Cisne, por tamanha confiança em mim e por ter se tornado minha maior incentivadora. Obrigada pelo comprometimento sempre, por ser decisiva em meu processo de formação, por tantas leituras indicadas, livros emprestados, debates compartilhados e oportunidades de trabalhos conjuntos. Obrigada por ter aceitado todas as minhas trocas de objeto de pesquisa, por ter me apoiado em todas e por ser tão livre e horizontal. Você faz bem à humanidade e é minha maior inspiração!

Aos meus pais, por terem abdicado de tantas possibilidades da vida sempre priorizando atenção a mim e a meu irmão. Minha vida inteira de gratidão! À minha mãe, Selma, fonte de persistência, alegria, arte, força, tranquilidade e amor. Obrigada por me alimentar de vida, esperança e por nunca ter se ausentado. Ao meu pai, Márcio, pelas heranças genéticas do questionamento, do gosto pela escrita, pela política e pelo hábito de ler notícias. E ao meu irmão, Alexandre, por ser um grande incentivador e por tanto amor.

À minha esposa, Flávia, por me proporcionar todos os dias os melhores sentimentos do mundo. Somos simplicidade, calma, afeto e liberdade. Juntas podemos errar e melhorar. Podemos buscar o melhor de nós mesmas. Obrigada pelos sorrisos, pelo colo, pelo apoio e por sempre ser companheira. Como a vida é linda ao seu lado!

À Melodia, por alimentar meu peito de amor, me arrancar choros de

emoção e alegria e por compor nossa família. Obrigada pelo galo e pelas bolinhas jogadas em meu pé em momentos de tensão e tédio no exercício solitário que é escrever.

Ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao movimento estudantil e a todas as organizações políticas que já construí. Anos de militância, dedicação, lutas e formulação. Tenho orgulho de minha identificação com a esquerda ser fruto das intensas experiências políticas que já vivi. A gente vai e volta nos balanços que a vida dá, mas os pés não arredam de onde sempre pisei.

Às companheiras e amigas de Vitória/ES que mesmo longe sempre estiveram presentes. Telmi, Sophia, Suellen, Ricardo, João, Rayane, Railam, Andressa, Camila, Chester, Arthur, Jamila e outros: obrigada pela nossa juventude e por partilharmos as dificuldades e as conquistas ainda hoje. Vocês são parte da memória de tempos que não quero esquecer. Vamos sempre juntas/os!

À Silvia Salazar, que tanto contribuiu para minha formação, desde as disciplinas ministradas à tutoria no PET e depois a orientação da monografia. Um ser humano lindo e uma profissional incrível.

À Família Mossoró, pelo acolhimento, amizades, bares e por tanto amor. Com vocês me sinto parte da cidade e posso me sentar, me deitar em uma rede e respirar com a certeza do companheirismo.

À Luana Paula e Rivânia pela receptividade logo nos primeiros dias em Mossoró. Lua, obrigada por sempre estar por perto. Riva, obrigada pela preocupação e pelo incentivo com a dissertação: você me ajudou a caminhar.

À Layana e à Bianca por terem me aceitado no “grupinho das três amigas”. Como eu me sinto à vontade e amada com vocês. Só gratidão!

À Mirla e à Giulia. Amigas que se tornaram família. Obrigada pelas alegrias compartilhadas e por tamanha irmandade nos momentos mais difíceis. Vocês são porto seguro, companheirismo, aconchego e amor. Obrigada pela casa e obrigada pela vida em Mossoró. Serei eternamente grata!

À Telma Gurgel, pela amizade, pelos ensinamentos, por ser grande inspiração feminista e pelas contribuições na banca de qualificação.

À Elaine Behring e Telma Gurgel pelas contribuições na banca de qualificação e pela precisão nas problematizações que tecem.

À Rivânia Moura, Suamy Soares e Maíra Kubik por terem aceitado o

convite para banca.

À Faculdade de Serviço Social (FASSO) pela primeira experiência docente, a realização de um sonho! Às companheiras que dividiram e ainda dividem o período como professoras substitutas. Às demais companheiras de trabalho que me ensinam a cada momento compartilhado. Especialmente, obrigada Gisele por ter dividido aulas comigo pra eu pudesse me dedicar um pouco mais aos estudos da dissertação. Orgulho de trabalhar na FASSO!

Às estudantes de Serviço Social da FASSO pelas trocas em sala de aula. Ser professora é aprender para ensinar e ensinar aprendendo. Que linda e desafiadora experiência! Obrigado por me instigarem a sempre estudar e melhorar.

À minha terapeuta, Fabiana, por exercitar em mim o infantil “e daí?” me provocando a ser cada vez mais justa e humana comigo mesma. Você foi fundamental para eu conseguir concluir esse trabalho.

Uma pesquisa é expressão do contexto que se vive individualmente e coletivamente, como sociedade. É resultado de condições objetivas e subjetivas. Entender que a projeção nunca se realizará no formato idealizado às vezes é doloroso, mas nos faz caminhar, não nos deixa paralisar, faz seguir a vida. Por isso, com idas e vindas, com o início do Mestrado em calma e o final em terremoto, concluo o trabalho com o sentimento de gratidão a Deus e ao universo por hoje almejar novos ciclos e novos momentos. Vamos caminhando...

RESUMO

As eleições de 2018 marcaram a história do Brasil. Acentuou-se o anticomunismo, intensificado pelo sentimento de ódio e aversão propagados pela ultradireita que se reorganiza. O contexto de recrudescimento do conservadorismo revela o enlace histórico entre burguesia, militarismo, fundamentalismo religioso, patriarcado e racismo. Assim, os recorrentes ataques à classe trabalhadora e, especialmente, às mulheres e ao feminismo, encontram maior ressonância e se reatualizam na candidatura de Jair Messias Bolsonaro, eleito novo presidente do país. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, cresce o feminismo. As mulheres conseguem protagonizar a resistência organizando manifestações de rua e nas redes sociais pelas *hashtags* “ele não”, “ele nunca”, e “ele jamais”. Diante desse cenário, nosso trabalho busca analisar a *incorporação do feminismo pelos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições de 2018*, compreendendo que o acirramento da luta de classes edifica novos desafios à esquerda e ao feminismo brasileiro. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, orientadas pelo materialismo histórico dialético. Dividimos a exposição dos resultados da pesquisa em dois capítulos. No primeiro, subdividido em três tópicos, situamos nosso entendimento de partido político de esquerda. Em seguida elaboramos discussões sobre os limites e possibilidades das eleições burguesas para a estratégia da transformação social. E no terceiro tópico tecemos reflexões sobre nossa concepção de feminismo e sua importância para a transformação social. No segundo capítulo elaboramos uma breve análise de conjuntura, situando desafios a partir do crescimento do conservadorismo e analisamos os resultados da pesquisa documental dos planos de governo das três candidaturas que elegemos para a pesquisa, a saber: candidatura de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila (PT/PCdoB/PROS), candidatura de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara (PSOL/PCB) e candidatura de Vera Lúcia e Hertz Dias (PSTU). Nossa proposta foi a identificação da leitura da realidade das mulheres por estas candidaturas, bem como as propostas defendidas nas eleições de 2018. No que se refere à realidade de vida das mulheres, os planos de governo abordam principalmente a questão da violência contra as mulheres, a desigualdade salarial, a marginalização da política e os direitos sexuais e reprodutivos. Assim, todos os planos de governo incorporam questões feministas de alguma forma, mas revelam ainda grandes desafios para o feminismo de esquerda.

Palavras-chaves: Partido político. Esquerda. Eleição. Feminismo.

ABSTRACT

The 2018 elections have made history in Brazil. Anticommunism was strengthened, intensified by hate and aversion disseminated by a reorganized far-right movement. The context of reemerging conservatism reveals the historical bond between bourgeoisie, military, religious fundamentalism, patriarchy and racism. Thus, recurring attacks against working class and, specially, women and feminism, have found greater resonance and refresh on Jair Messias Bolsonaro's candidacy, then elected president. At the same time, contradictorily, feminism grows. Women encamp the resistance organizing street and social media demonstrations through *hashtags* "not him", "never him", "ever him". In this scenario, our work aims to analyze *the incorporation of feminism by left-wing political parties during the 2018 elections*, since the hardening of class struggle builds new challenges to leftists' movements and Brazilian feminism. To achieve this objective, we've made a bibliographical and documental research, oriented by historical-dialectical materialism. We've divided the exposition of the results of this research in two chapters. On the first one, subdivided in three topics, we placed our understanding of what is a left-wing political party. Afterwards, we elaborated discussions about the limits and possibilities of bourgeoisie elections towards social transformation strategies. On the third topic we regarded our conception of feminism and its importance to social transformation. On the second chapter we elaborated a brief conjuncture analysis, placing new challenges after the growing conservatism, and we analyzed three candidacies which we chose for this research: Fernando Haddad's and Manuela D'ávila's candidacy (PT/PCdoB/PROS), Guilherme Boulos's and Sônia Guajajara's candidacy (PSOL/PCB) and Vera Lúcia's and Hertz Dias' candidacy (PSTU). Our proposal was identifying women's reading of this reality over these candidacies, as well as their stances on the 2018 elections. Regarding women's reality, government proposals approach mainly the matter of violence against women, wage inequality, political marginalization and sexual and reproductive rights. Thus, all government proposals incorporate feminist issues in some way, but they reveal yet great challenges for left-wing feminism.

Key-words: Political party. Left-wing movement. Elections. Feminism.

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ES – Espírito Santo
EUA – Estados Unidos da América
FASSO – Faculdade de Serviço Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBT – Lésbicas, Bissexuais e Transexuais
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
MML – Movimento Mulheres em Luta
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
RN – Rio Grande do Norte
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 – “Feminismo”, “Mulher”, “Gênero”, “Família” e “Conservador”: as palavras-chave nos planos de governo.....	75
--	----

SUMÁRIO

Introdução	14
1. Marxismo, feminismo e partido político: qual o papel das eleições burguesas para a transformação social?	21
1.1 “Quando penso no futuro não esqueço o meu passado” ¹ : concepção marxista de partido.....	22
1.2 “Não vá se perder por aí” ² : a tática eleitoral e a estratégia nos partidos de esquerda.....	43
1.3 “Ela desatou nós” ³ : a importância do feminismo para transformação social.....	57
2. Planos de governo dos partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, qual o lugar do feminismo?	68
2.1 “Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar” ⁴ : aspectos conjunturais, conservadorismo e caminho metodológico.....	69
2.1.1 O feminismo no plano de governo de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila.....	77
2.1.2 O feminismo no plano de governo de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara.....	87
2.1.3 O feminismo no plano de governo de Vera Lúcia e Hertz Dias...96	
Considerações finais	99
Referências bibliográficas	105

¹ Trecho da música “Dança da solidão”, de Paulinho da Viola.

² Trecho da música “Não vá se perder por aí”, de Raphael Vilardi e Roberto Loyola.

³ Trecho da música “Triste, louca ou má”, de Francisco El Hombre.

⁴ Trecho da música “Passeio no mundo livre”, de Chico Science.

Introdução

Nas últimas décadas, a brasileira⁵ nunca esteve tão triste, com raiva, sem esperanças no futuro e instável⁶. A realidade de projeções A, B e C para a vida pessoal indica as incertezas no futuro no contexto de um país que vive de forma massacrante os rebatimentos da crise civilizatória mundial. Quem depende do próprio trabalho para estar viva, vive sob a angústia do amanhã. Cresce a informalidade e conseqüentemente o trabalho desprotegido – sem direito a descanso, salário mínimo e fixo, décimo terceiro, férias, licenças e outros direitos. Crescem abruptamente a violência e o ódio. O ser humano se olha, mas não se vê, tampouco percebe o outro e menos ainda, não se reconhece humanamente nesse “outro”. O estranhamento se consolida nas relações sociais e torna “a multidão um monstro sem rosto e coração”⁷.

Em fevereiro de 2019, o desemprego subiu para 12,4%, atingindo mais de treze milhões de brasileiros. A Organização das Nações Unidas (ONU) alertou em 2018 para o risco de o Brasil voltar ao Mapa da Fome, apontando o crescimento do conservadorismo e a negação do direito à alimentação como importantes elementos a serem considerados para esse retrocesso. Ou seja, contraditoriamente, a pobreza se agudiza ao passo que a capacidade produtiva da sociedade aumenta. O princípio da lei geral da acumulação capitalista assola as possibilidades de vida com dignidade para a maioria da população. A barbárie é o *modus operandi*.

Em 2017, foram registrados, em média, 164 estupros de mulheres por dia no Brasil⁸. No país, a cada 2 minutos uma mulher é vítima de feminicídio por arma de fogo e a cada 2 segundos sofre violência física ou verbal⁹. No Brasil, apesar de sermos maioria com ensino superior, nossa renda é inferior a

⁵ Fizemos a opção política por utilizar o feminino em nossa escrita, considerando que as normas linguísticas também reproduzem o patriarcado.

⁶ Segundo dados da pesquisa do Datafolha, feita em outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/para-maioria-dos-eleitores-pensar-no-brasil-gera-tristeza-e-desanimo.shtml>>.

⁷ Trecho da música “Negro drama”, dos Racionais MC’s.

⁸ Segundo o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

⁹ Dados do “Relógio da violência”, do Instituto Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>>.

dos homens¹⁰. Isso em um contexto onde, no ano de 2015, 40% das mulheres já chefiavam suas famílias¹¹, ou seja, estavam na condição de principal provedora do lar. Nas eleições de 2018, num total de 513 parlamentares, saltamos de 51 para 77 deputadas federais eleitas. Realidades que evidenciam o tamanho da desigualdade entre homens e mulheres no país.

Não vivenciamos apáticas as expressões do patriarcado. As mulheres têm se tornado um dos principais focos de resistência no país, numa crescente que vive o movimento feminista, a exemplo da Primavera Feminista, da Marcha de Mulheres Negras e da Marcha de Mulheres Indígenas. A criação da Lei Maria da Penha, as Delegacias de Mulheres, os Centros de Referência da Mulher, a notificação compulsória pela saúde dos casos de violência, a instituição da cota de 30% de mulheres candidatas nos partidos e a aprovação da “PEC das Domésticas”¹², são alguns exemplos de vitórias recentes do movimento feminista no Brasil.

Em 2018, assumimos a linha de frente das manifestações contra o crescimento da extrema direita em torno da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. As *hashtags* “ele não”, “ele nunca” e “ele jamais” entoaram nos peitos de milhares de brasileiras/os indignadas/os com o avanço desse setor no país. Não é mais possível ignorar o feminismo. Não é possível nem pelas forças de direita e nem pelos setores da esquerda que, por vezes, o viam como um movimento que divide a classe e possuíam pautas secundárias para a vida da classe trabalhadora. Também não podemos afirmar que essa visão da esquerda sobre o feminismo foi completamente superada, mas é fato que o feminismo conquista visibilidade e não tem como ser ignorado na conjuntura que enfrentamos.

O conservadorismo cresce e o feminismo também. Cresce como movimento social, cresce em produção de conhecimento, cresce na juventude, nas entidades de classe. Está nas músicas, nas novelas, nos comerciais, na grande mídia. Cresce a *consciência feminista* e a *consciência militante*

¹⁰ Conferir o relatório do IBGE “Estatísticas de gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil” do ano de 2018.

¹¹ Dados do Retrato das Desigualdades de Gênero de Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>.

¹² Referimo-nos à Lei Complementar de número 150 de 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional número 72, em matéria sobre o direito das empregadas domésticas.

*feminista*¹³. A luta de classes se acirra, as contradições ganham maiores proporções. A crise está instalada no país, perdura, e alguém vai canalizar as insatisfações e as saídas alternativas para esse contexto histórico. Afinal, não existe espaço vazio na política.

Mas por que desenhar essa conjuntura aqui? O que estamos querendo evidenciar é que as condições de vida da população, e em especial das mulheres, estão sendo cada vez mais precarizadas. Ao mesmo tempo, há resistência, e as mulheres, pelo feminismo, têm assumido protagonismo, conseguindo polarizar a eleição de 2018 frente às forças conservadoras que ameaçam os direitos trabalhistas e os direitos das mulheres. É por isso que nos questionamos *como o feminismo foi incorporado pelos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018*. Estão estruturando em seus planos de governo uma saída de esquerda e feminista para essa conjuntura?

Dessa forma, além das questões conjunturais abordadas, as correntes inquietações ao longo de minha trajetória na militância partidária e feminista, bem como debates em grupos de estudos e disciplinas sobre movimento social e movimento feminista, movem o interesse por desenvolver a presente pesquisa.

Para nós, investigar *como o feminismo foi incorporado pelos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018*, é também nos perguntar qual o lugar do feminismo e de suas pautas na construção das táticas e da estratégia política de cada um desses partidos. Quer dizer, entendemos que a programática dos partidos, bem como os programas de governo, manifesta-se como a materialização das prioridades de uma determinada organização política, contemplando suas deliberações congressuais, resoluções de conjuntura, sua história e sua concepção de partido. Não pretendemos com isso, reduzir o debate feminista no âmbito dos partidos às eleições. Nossa perspectiva é entender qual foi lugar ocupado pelo feminismo nos programas de governo de partidos de esquerda em uma eleição em que as mulheres conseguiram polarizar com o conservadorismo. Falamos de uma eleição situada numa conjuntura de avanço da extrema direita com

¹³ Conferir *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, de Mirla Cisne (2014).

apelo a valores patriarcais e em um momento de deterioração das condições de vida das mulheres, mas também, de resistência feminista.

Alguns apontamentos iniciais são importantes para explicar a seleção das candidaturas estudadas nessa pesquisa. Situamos no campo da esquerda aqueles partidos que em seu programa defendem o fim da sociedade capitalista e a construção de uma nova ordem social, comunista ou socialista. Assim, apesar de alguns setores ainda caracterizarem o Partido dos Trabalhadores (PT) como uma organização de esquerda, em nossa concepção, o partido declinou da estratégia socialista e seus governos foram continuidades do projeto neoliberal no país. Iremos fundamentar com maior rigor teórico nossa compreensão de partido de esquerda no primeiro capítulo. Entretanto, considerando que o PT ainda tem presença de massas e influência no campo da esquerda, incluímos sua candidatura na pesquisa. Dessa forma, analisamos os planos de governo das seguintes candidaturas: Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, viabilizada pela coligação entre Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Guilherme Boulos e Sônia Guajajara, pela coligação entre o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB); e Vera Lúcia e Hertz Dias, candidatura do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Para responder nossa questão de pesquisa nos surgem outras diversas reflexões. Assim, questionamos como a realidade das mulheres foi abordada nos programas de governo, quer dizer, qual a leitura das candidaturas sobre a totalidade da vida social e as particularidades das mulheres. Além disso, importa-nos também analisar as propostas para as mulheres formuladas pelas candidaturas de esquerda, permitindo-nos, assim, identificar o que elegem como central para nossa vida. Por fim, nosso ponto de partida será a reflexão em relação à importância dos partidos políticos e do feminismo para a transformação social, apresentando nossa concepção de ambos.

Em relação aos nossos procedimentos metodológicos, entendemos que a metodologia a ser desenvolvida em um processo de pesquisa envolve escolhas ético-políticas, teóricas e de método. Assim, concordamos com Minayo (2016, p. 14) quando diz que a metodologia “inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização da

pesquisa (as técnicas) e a criatividade do pesquisador”. Ao mesmo tempo, destacamos que o processo de investigação e os instrumentos e técnicas de pesquisa não devem ser confundidos com o método (NETTO, 2011). Nesse sentido, “Instrumentos e técnicas similares podem servir, e de fato servem, em escala variada, a concepções metodológicas diferentes” (NETTO, 2011, p.26).

Diante disso, faz-se necessário situar qual perspectiva nos serve de lente de análise, afinal, “o método é a alma da teoria” (LENIN *apud* MINAYO, 2016, p.14). Referenciamos-nos no materialismo histórico dialético, entendendo que o “método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante” do objeto.

A opção pela adoção do método crítico de Marx se justifica pela convicção de que ele possibilita a maior aproximação possível do movimento do real, compreendendo a realidade em sua forma dinâmica e contraditória, saindo do campo da aparência para aproximações sucessivas à essência do objeto. Assim, pensamos que a pesquisadora, durante seu estudo, tem como objetivo ir para além da aparência do fenômeno,

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

O materialismo histórico e dialético, assim, guia nossas reflexões com base em categorias como totalidade, contradição e mediação. Portanto, nos permite, no processo de abstração, dissecar nosso objeto em suas determinações, buscando a reprodução ideal do fenômeno real. Nesse mesmo sentido, importa dizer que não partimos de uma visão idealista da realidade, supondo que a teoria dá conta de reproduzir no plano das ideias todos os elementos que compõe o real (NETTO, 2011). Ao contrário, acreditamos ser a realidade complexa, e por isso requer do sujeito pesquisador mobilizar o máximo de conhecimentos e críticas possíveis para compreender seu objeto, dentro de um tempo histórico, e como um processo dialético e passível de constantes transformações (NETTO, 2011).

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, realizaremos

revisão bibliográfica - sendo esse momento “capaz de projetar luz e permitir melhor ordenação e compreensão da realidade empírica” (MINAYO, 2007, p. 183) - e pesquisa documental. A pesquisa documental se justifica por ela possibilitar

[...] acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008 *apud* SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2).

Quer dizer, a análise de documentos permite nosso contato com sínteses coletivas dos partidos e das candidaturas, o que não conseguiríamos na mesma amplitude com base em outro instrumento de produção de dados, a exemplo da entrevista. Os documentos que iremos nos ater nessa pesquisa são registros dos consensos obtidos a partir de discussões no âmbito de cada partido e das coligações sobre o processo eleitoral de 2018, comportando suas concepções, táticas e estratégias. Entendemos, portanto, que “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar” (GOLDENBERG, 2002, p. 14 *apud* SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2).

Nossa pesquisa está estruturada em dois capítulos. O primeiro está organizado em três tópicos, na proposta de tecer reflexões teóricas sobre as categorias “partido político” e “feminismo”, bem como sobre os limites e possibilidades das eleições burguesas para a transformação social. Assim, situamos nossa concepção de partido e o que compreendemos como as tarefas destas organizações de esquerda nas eleições burguesas. Nesse sentido, apreendemos o partido como um instrumento de universalização das demandas da classe trabalhadora, responsável por organizar a luta contínua pela transformação social com base na definição de táticas e estratégias e da práxis dos sujeitos.

No terceiro tópico do primeiro capítulo nossas reflexões são intermediadas pela categoria “feminismo”, com o intuito de problematizar a realidade de desigualdades entre homens e mulheres como resultado da divisão sexual do trabalho. Com base nessa discussão, apontamos alguns elementos que conformam nossa concepção de feminismo e sua importância para a transformação social.

Por fim, no segundo e último capítulo, identificamos traços da atual conjuntura de recrudescimento do conservadorismo e da extrema direita no país, alertando para os rebatimentos na vida da classe trabalhadora no geral e das mulheres em particular. Isso posto, apresentamos o resultado de nossa pesquisa documental, que tem por objetivo geral *analisar como o feminismo é incorporado pelos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018*. Nesse sentido, os objetivos específicos deste trabalho consistem em: compreender a função social dos partidos e das eleições para o campo da esquerda; refletir sobre a importância do feminismo para a transformação social; identificar a compreensão da realidade das mulheres pelos planos de governo selecionados; e analisar as principais propostas sobre as mulheres nos planos de governo.

Cientes das limitações temporais e conjunturais que toda pesquisa comporta, bem como das contradições que imperam na sociabilidade burguesa, estamos longe de querer com esse trabalho definir vulgarmente quem é mais ou menos feminista ou de esquerda. Nossa relevância social está em oferecer reflexões sobre os desafios da luta de classes, convictas de que os partidos de esquerda e o feminismo muito ainda têm a caminhar por um mundo sem dominação de classe, de sexo e de raça/etnia. Assim, sem nos perturbar, mas também sem ficar inteiramente à vontade¹⁴, convidamos ao conhecimento de nossas ideias.

¹⁴ Faço menção a um trecho da música “Gota de Sangue”, de Angela Rôro.

Capítulo 1: Marxismo, feminismo e partido político: qual o papel das eleições burguesas para a transformação social?

*Não se pode assegurar a verdadeira liberdade,
Não se pode edificar a democracia – sem falar do socialismo –
Se não chamamos as mulheres ao serviço cívico, na milícia, na vida política
Se não as tiramos da atmosfera brutal do lar e da cozinha.
Lenin¹⁵*

O processo de investigação em relação a *incorporação do feminismo pelos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018* envolve problematizar alguns elementos que abordamos neste primeiro capítulo.

Assim, no primeiro tópico situamos nossa compreensão sobre partido político apontando sua função social na sociedade, bem como sua imprescindibilidade para o processo de transformação social. Aqui apontamos a descaracterização pela qual os partidos políticos atravessam na atualidade com a perda de seu sentido histórico e como sua transformação em “legendas de aluguel” e “balcões de negócios” tem gerado aversão e descrédito nesse instrumento de organização da luta de classes. Em contraposição a essa perspectiva, indicamos o partido político como o instrumento com capacidade de universalizar as demandas da classe trabalhadora e organizá-las em torno de um projeto societário.

No segundo tópico problematizamos os limites e as possibilidades da disputa eleitoral para o processo de transformação social. A luz dos conceitos de “tática” e “estratégia” situamos as eleições burguesas como uma importante tática se correlacionada e subordinada a uma estratégia política coesa e firmada em princípios ético-políticos emancipatórios.

Por fim, no último tópico, entendendo que a relação entre as mulheres, a política e o campo da esquerda é permeada por inúmeras contradições, tecemos reflexões sobre alguns pontos, convictas que

O patrimônio categorial da tradição marxista¹⁶, construído na perspectiva metodológica do materialismo histórico dialético, elucida

¹⁵ Lenin (1979, p. 59).

¹⁶ Destacamos nesse patrimônio categorial a totalidade, a teoria do valor trabalho, consciência e luta de classes e a perspectiva de revolução.

e desvela as bases concretas das determinações das explorações e opressões na emergência e desenvolvimento do modo de produção patriarcal-racista-capitalista, instrumentalizando-nos a intervir para a organização e a atuação feminista classista e antirracista. Nesta direção, esse patrimônio categorial nos possibilita um entendimento da condição da mulher no capitalismo, bem como aponta para a sua necessária participação política como integrante da classe trabalhadora na construção de um projeto societário emancipador (CISNE, 2018, p. 214).

Nesse sentido, debatemos questões que possuem relação direta com o feminismo e sua importância para a transformação social, como: i) a “escravidão doméstica” e a ligação com o ambiente privado impõe uma série de restrições às mulheres para formular sobre os assuntos públicos e pensar sobre suas questões particulares; ii) a política, dominada pelos homens em quantidade e em conteúdo, é permeada por valores e práticas machistas que não são nada acolhedoras para as mulheres, ao contrário, são violentas; iii) alcançar visibilidade, respeito e ter as demandas feministas incorporadas por um programa de esquerda envolveu (e ainda envolve) luta e enfrentamento político; iv) as mulheres conseguem provocar uma leitura da realidade mais ampla, na perspectiva da totalidade, identificando contradições e antagonismos em uma classe que não é homogênea, se distanciando de análises economicistas.

1.1 “Quando penso no futuro não esqueço o meu passado”¹⁷: concepção marxista de partido

Existe uma tarefa histórica que apenas o partido político, por sua natureza distinta dos movimentos sociais, pode cumprir: a tarefa de dirigir um processo revolucionário que nos possibilite gozar outro modo de vida. Como nos ensinou Rosa Luxemburgo (1918), “há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo por construir”.

Ousamos nessa conjuntura reafirmar a atualidade do pensamento marxiano e marxista. E, para nós, “O proletariado, a camada mais inferior da sociedade atual, não pode se levantar, colocar-se de pé, sem mandar pelos ares todas as camadas superpostas que constituem a sociedade oficial”

¹⁷ Trecho da música “Dança da solidão”, de Paulinho da Viola.

(MARX; ENGELS, 2008, p. 27). Ou seja, para nós, a construção de dias melhores requer pôr fim à divisão da sociedade em classes, o que implica em transformar as relações sociais de produção e reprodução social, revolucionando o atual modo capitalista de produção. Assim,

[...] a revolução não é só necessária porque a classe dominante de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe que a derruba só numa revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria [DRECK] e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade (MARX, 2009, p.57).

Quer dizer, só a revolução pode superar o “domínio de todas as classes suprimindo as próprias classes” (MARX, 2009, p. 57), num processo que exige transições, conquista do poder político pelo proletariado e construção de outros valores, onde o “o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (MARX, 2008, p. 45).

Vamos a um pensamento simples e sem muitas polêmicas: construir um mundo melhor, nos termos impregnados no senso comum, exige que se tenha gente disposta e com condições de fazê-lo; ideias formuladas e fundamentadas em uma leitura da realidade; projetos que contemplem conquistas a curto, médio e longo prazo; por fim, requer um instrumento de construção do tal “mundo melhor” que seja capaz de sintetizar todos os três primeiros elementos que apontamos, em caráter de continuidade. Não há que se inventar a roda: este instrumento historicamente é o partido político.

A descaracterização pela qual atravessam os partidos não deve nos confundir para leituras a-históricas da sociedade e de seu papel na disputa do futuro da humanidade. A essência dos partidos não é necessariamente burocrática, usurpadora ou autoritária. Os partidos são feitos por pessoas, grupos, perspectivas políticas, teorias e práticas políticas situadas em diferentes contextos históricos. Não é um ser abstrato que nasce de forma aleatória e está fadado a apenas um caminho na política. Sua condução é fruto da projeção e da ação de indivíduos sociais concretamente, inscritos em relações sociais complexas e com diversas determinações objetivas e subjetivas. É preciso combater as perspectivas retrógradas, antidemocráticas e patrimonialistas que se materializam nos partidos, e não as organizações

partidárias em si. Em outras palavras: é preciso combater concepções e modelos de partidos, não o partido por sua natureza e seu papel.

Nesse sentido, é fundamental desnaturalizar a compreensão de partidos enquanto meros instrumentos legais para a disputa da política institucional. Não se tratam necessariamente de “legendas de aluguel” e de balcões de negócios que leiloam os direitos sociais em troca de manutenção de privilégios de classe, raça e/ou sexo. Há muita luta na história dos partidos.

Acreditamos ser o partido político fundamental para a construção do processo revolucionário, na medida em que ele é o responsável por organizar indignações imediatistas em torno de um projeto societário, capaz de unificar as diversas bandeiras da classe trabalhadora e contribuir para a formação de consciência crítica. É o instrumento capaz de conduzir a disputa pelo poder e de dirigir a massa de trabalhadoras na luta por outro modelo societário, no qual a vida esteja à frente do lucro.

A construção de nossa concepção de partido político é pensada fundamentalmente com base em duas questões: o que para nós é função social de partido; e quais são os princípios que devem nortear a estruturação de uma organização partidária, considerando também o que se pode flexibilizar em conjunturas específicas para não cairmos em “principismos puritanos” deslocados do tempo histórico.

Vamos à primeira questão. É importante discutir a função social dos partidos políticos porque “a organização de um partido social-democrata revolucionário¹⁸ deve inevitavelmente constituir um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica” (LENIN, 2010, p. 181). As demandas oriundas da imediatidade do trabalho, extraídas da labuta no chão que se pisa durante uma jornada de trabalho, precisam encontrar sua coletivização em uma organização ampla, capaz de absorver as diferentes reivindicações para se avançar por melhores condições de trabalho e de vida.

Questão salarial, de jornada de trabalho, reformas pela ampliação de direitos trabalhistas, carreiras profissionais, seguros de vida e saúde e negociações com patrões requerem uma organização que abarque o diálogo

¹⁸ O termo que se refere Lenin, não diz respeito à decadente socialdemocracia reformista, com base no modelo capitalista do Welfare State, trata-se, ao contrário, de um partido revolucionário, com base comunista.

com diferentes setores e diferentes perspectivas políticas. Assim, é interessante que se desenvolva uma política que atraia o conjunto de trabalhadoras em sua diversidade para que possam se reconhecer na realidade da outra e enquanto classe: é o terreno fértil para o desenvolvimento da consciência como “classe em si”. Assim, nas palavras de Marx:

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe (1982, p. 05).

Os sindicatos têm o desafio de identificar o que provoca movimento em sua categoria, no sentido de perceber insatisfações e aglutinar as trabalhadoras na luta econômica¹⁹, provocando reflexões quanto a situação comum que vivenciam. Essa percepção e coletivização das realidades vividas pelas/os trabalhadoras são fundamentais, mas possuem suas limitações por sua própria natureza imediata. São lutas que se encerram nos marcos do atual modo de produção e, portanto, não mudam estruturalmente a vida da maioria da população. Continuamos a vender nossa força de trabalho sob o regime da exploração de muitos por tão poucos.

Ao mesmo tempo, se é verdade que as formas de consciência não são estáticas e nem evolutivas, o momento da consciência de “classe em si” é fundamental para o proletariado se organizar como “classe para si”, elaborando táticas e estratégias para a superação de sua condição de trabalhadora explorada, ou seja, formulando e defendendo interesses de classe. Explica-nos Cisne que

Nessa forma de consciência, portanto, não há apenas o reconhecimento do proletariado como classe, mas também a necessidade de superação das classes. A reivindicação, nos limites do capital, passa a ser insuficiente e o proletariado assume a sua

¹⁹ Em “Que fazer? Problemas candentes de nosso tempo”, Lenin (2010) diferencia luta econômica de luta política. Entende que a luta econômica diz respeito às reivindicações corporativas e imediatas. A luta política possui maior amplitude e abarca a construção de outro modelo societário, portanto, é uma luta mediata.

tarefa revolucionária de superação do capitalismo e construção da emancipação humana (CISNE, 2013, p. 71).

Para Carlos Nelson Coutinho, Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, quando destacam a importância do partido político, “parecem ter descoberto o principal instrumento capaz de promover a passagem da ‘classe em si’ à ‘classe para si’, ou seja, do proletariado como fenômeno objetivo ao proletariado como sujeito coletivo autoconsciente” (COUTINHO, 1998, p. 56). Portanto, cabe aos partidos ir além, no sentido que devem conduzir

[...] a luta da classe operária não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho, mas para que seja destruído o regime social que obriga aos não proprietários a venderem sua força de trabalho aos ricos (LENIN, 2010, p. 120).

A questão sindical pode, assim, encontrar seus limites na defesa dos direitos trabalhistas, como uma luta econômica-imediata e como reivindicação de reconhecimento de direitos pelo Estado burguês. Por isso, é fundamental enraizar e fundamentar a luta econômica, para que ela não “deixe de focar o aspecto central, qual seja: a unidade entre luta econômica e política” (BRAZ, 2011, p.38). Essa unidade só é possível quando realizamos as mediações entre o fenômeno e sua essência, entre o que aparece e o que de fato é, o que demanda formação política continuada, disciplina militante e uma organização política mais sólida.

Assim, mais uma vez dialogamos com Lenin (2010, p. 165) quando diz que a social-democracia – vertente revolucionária de seu tempo, organizada em partido -, “não se ilude com os argumentos de que a luta econômica levará os operários a pensar na sua total falta de direitos e de que as condições concretas conduzem fatalmente o movimento operário para o caminho revolucionário”. Quer dizer,

[...] *por mais que empenhemos esforços* para ‘conferir à própria luta econômica um caráter político’, *nunca poderemos*, nos limites dessa tarefa, desenvolver a consciência política dos operários (até o nível da consciência política social-democrata), já que os próprios limites dessa tarefa são demasiado estreitos (LÉNIN, 2010, p. 145; destaque do autor).

Essa é uma das tarefas da organização partidária: construir mediações que possibilitem desfragmentar as particularidades e a realidade social, construindo sínteses em torno da perspectiva da totalidade. No atual cenário de avanço da pós-modernidade, da ênfase nos fragmentos, da aversão aos projetos societários e da caracterização infundada da totalidade como algo necessariamente totalitário, é um desafio a afirmação de partidos e de um programa com estratégia socialista, capaz de unificar as lutas cotidianas e de transpô-las do sentido meramente econômico-imediatista para o caráter político-revolucionário.

O partido político é o principal instrumento de organização da classe trabalhadora e de encaminhamento de suas lutas pela emancipação (BRAZ, 2011). Os movimentos sociais, por mais que tenham caráter de continuidade e que possam ter uma estrutura com direção política e princípios construídos, são mais fluidos, setorializados, organizados em torno de suas principais bandeiras (mesmo que alguns tenham a compreensão da totalidade e encampem lutas de outros movimentos sociais pontualmente). São mais amplos, no sentido de agregar diversas vertentes teórico-políticas, bem como diversas organizações políticas e militantes independentes. Possuem, no entanto, um papel fundamental na luta de classes e sem eles não há processo revolucionário. Reafirmamos que

Não há, então, nenhuma oposição entre espontaneidade das massas e organização política revolucionária de vanguarda precisamente porque elas se complementam, no sentido de que o partido, a partir do “elemento espontâneo”, apoiando-se sobre suas iniciativas, amplia-o, o faz ser suplantado pelo próprio proletariado organizado e consciente, aproximando-o progressivamente das questões mais decisivas da luta política revolucionária, da própria revolução como superação da ordem do capital através da destruição do poder político de classe da burguesia (BRAZ, 2011, p. 83).

O partido potencializa sua função social quando se aproxima e compõe as manifestações espontâneas e as lutas por reformas. Isso na medida em que a inserção da militância em toda e qualquer manifestação a favor da classe trabalhadora contribui para conquistas pontuais. Abrem-se canais de diálogo e reflexão com outros sujeitos sobre o que determina nossas condições de vida.

Assim, a verdade é que a melhor forma de elaborar e testar uma política de um partido é no contato direto com a luta real. Dessa forma, há possibilidade de se estruturar as diversas bandeiras dos movimentos espontâneos em um programa de governo, e mesmo no programa do partido. É sobre a realidade que se deve formular. Ela é o ponto de partida para o processo de abstração teórica que nos levará a definição de táticas e de uma estratégia.

Nesse sentido, é imprescindível que os partidos de esquerda disputem o sentido do crescimento do feminismo e de suas mobilizações, cada vez mais organizadas de forma autônoma e pelas redes sociais. Quando compreendemos que as desigualdades entre homens e mulheres nessa sociedade são frutos do patriarcado e da divisão sexual do trabalho, não nos serve qualquer feminismo. É preciso disputar o seu sentido, seu horizonte, realizar conexões entre a “cultura do estupro”, o medo de andar na rua sozinha e a apropriação da mulher como sujeito despossuído de si mesmo²⁰, fruto do patriarcado e da relação de posse.

Há uma essência encoberta por trás daquela capa de jornal que estampou o rosto de uma mulher completamente desfigurado porque foi espancada. Há uma raiz no grave problema do aborto inseguro. Há muitos elementos, invisíveis aos olhos do cotidiano, que nos fazem trabalhar de forma extensiva, intensiva e intermitente²¹ por causa dos encargos domésticos. Há fundamento na padronização da beleza que corriqueiramente termina em deformações ou mortes em procedimentos estéticos. A cultura machista e a educação sexista que desde o enxoval condicionam nossos projetos pessoais e profissionais também têm uma explicação material: a divisão sexual do trabalho. Há raiz profunda nesses galhos que aparecem para nós e compreendê-la requer imersão, estudo, formação política, unidade teoria e prática. Requer ação continuada de militantes para transpor os limites do imediatismo e das interpretações culturalistas que estacionam na terra, não perfuram e não chegam à raiz. Por isso, defendemos que

[...] só a mais grosseira incompreensão do marxismo [...] poderia

²⁰ Conferir *Prática do poder e ideia de natureza*, de Collete Guillaumin. In: FERREIRA, V. (Org.) et al. *Patriarcado Desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Recife: SOS Corpo, 2014.

²¹ Conferir Ávila (2010).

conduzir à crença de que o nascimento de um movimento operário de massa espontâneo nos *livra* da obrigação de criar uma organização revolucionária (...). Ao contrário, é esse movimento que *nos impõe* precisamente essa obrigação, pois a luta espontânea do proletariado não se transformará numa verdadeira luta de classes do proletariado enquanto não for dirigida por uma forte organização de revolucionários (LENIN, 2010, p. 207).

Essa é uma tarefa da militância revolucionária organizada em partido e com capacidade de direção: dar continuidade às lutas espontâneas e trabalhar para que os sujeitos insatisfeitos avancem coletivamente em suas reivindicações. Não confundamos aqui direção com falta de democracia. As direções se consolidam em qualquer espaço, de forma inconsciente ou consciente, planejada ou oportuna. Ou um grupo se organiza para disputar a direção de um movimento de forma coletiva, dita e debatida, com propósitos, em consenso ou por eleição, ou algum sujeito chega e se consolida por qualquer outro motivo aleatório. A falta de estrutura planejada de um movimento ou organização política pode se tornar uma grande tirania²².

Aliás, o exercício da democracia é imprescindível para ampliar a participação de mulheres na política. O lugar da reprodução social que nos foi legado historicamente nos afastou da vida pública, das discussões de interesse da coletividade da classe e por isso a fala em público e a dureza das relações na política podem ser estranhadas por nós. Potencializar a participação das mulheres na política requer políticas afirmativas, reparação histórica e, portanto, compromisso com o feminismo.

A esquerda demora a dar a importância necessária para o debate feminista e isso possibilitou grande influência da perspectiva pós-moderna e fragmentária no interior do movimento. É preciso disputar, mas podemos dizer que existe um atraso nos partidos políticos e nas organizações mais tradicionais da classe trabalhadora quanto à incorporação da pauta feminista. Ao mesmo tempo, há na história do movimento feminista certa rejeição à política tradicional partidária e sindicalista. Compreensível! São instrumentos majoritariamente dominados pelos homens, dirigidos e pensados por eles, com programas que pouco ou nada dizem sobre nossas particularidades.

²² Conferir *A tirania das organizações sem estrutura*, de Jo Freeman, 1970. Disponível em: <[http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_esturutura_\(1\).pdf](http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_esturutura_(1).pdf)>.

Essa relação precisa dialeticamente de aproximação para enfrentar os desafios atuais que conformam as lutas econômico-imediatas e as lutas político-revolucionárias. É uma via de mão dupla entre o movimento feminista e os partidos de esquerda. O estreitamento desses laços passa necessariamente pela composição das mobilizações espontâneas e pela incorporação das pautas feministas em seus programas políticos e eleitorais. Reafirmamos, portanto, que é tarefa também dos partidos compor as mobilizações espontâneas e os movimentos sociais para ter capilaridade e base social. Aliás,

Para Lenin, o partido jamais poderá ser vanguarda do processo revolucionário se não estiver ativamente envolvido com o conjunto das lutas cotidianas, sejam elas quais forem, desde que abranjam as condições de vida dos trabalhadores. Ele deve conhecer verdadeiramente os anseios da classe trabalhadora, pois só assim poderá vincular (realizar a mediação) a luta cotidiana com a luta política (BRAZ, 2011, p. 81).

Quer dizer, é só compondo os movimentos e mobilizações sociais que os partidos constroem condições sociais e políticas para ampliar a luta econômica. A ideia é que os anseios da classe trabalhadora na rua reverberem nas instâncias partidárias, no programa do partido, no plano de governo, no caderno de resoluções políticas, nas notas de análise de conjuntura, nas principais ações, no leque de alianças e nos debates constantes, mesmo que sejam questões expressas de forma espontânea e às vezes caótica. São os partidos que têm a capacidade e a função de realizar as mediações entre as pautas emergenciais e a luta política, construindo sínteses e revelando o fim último da luta de classes, que é a emancipação.

Ao mesmo tempo, atentamos para que a relação entre movimento social e partido político, sendo de aproximação, diálogo, aliança (às vezes programática e às vezes pragmática) e construção coletiva, se mantenha a autonomia e se se preserve diferenças para que um não se dilua no outro. Desse modo,

Esses círculos, sindicatos e organizações são necessários por toda a parte; que sejam *mais numerosos* e suas funções as mais variadas possível; no entanto, é um absurdo e é prejudicial confundi-los com a organização de *revolucionários*, apagar as fronteiras que existem entre eles, extinguir na massa a consciência, já em si incrivelmente

obscurecida, de que para 'servir' um movimento de massa necessita-se de homens que se ocupem especial e totalmente da atividade social-democrata, tornando-se revolucionários profissionais, paciente e tenazmente (LENIN, 2010, p. 197).

São organizações com caráter e tarefas históricas diferentes, porém complementares. Ninguém fará revolução com um amontado de trabalhadoras dispersas em internet, que agem na reação de fatos políticos conjunturais, que realizam reuniões esporádicas com uma fluidez de indivíduos que ninguém sabe para onde vão no dia seguinte. Não se faz revolução com reuniões por aumento salarial e apaziguamento quando se tem reajuste. Revolução demanda compromisso cotidiano na prática e na teoria. Demanda disciplina, organicidade, projeção, planejamento, estratégia. Uma militante revolucionária pensa a revolução e formula a pauta da reunião sabendo onde quer chegar. Isso é direção! Por isso Lenin fala da necessidade de militantes profissionais.

O sentido que conforma uma ação espontânea é exatamente o da reação a algo que acabou de acontecer; é do imediato. Comum em conjunturas de crise, de maiores retrocessos e de precarização de vida. A luta de classes não pode dançar de acordo com o samba do momento; é preciso compor o samba! A retirada de direitos consolidados ou a ampliação das políticas sociais não pode ser o termômetro de uma classe que precisa da revolução. Assim, acreditamos “que não pode haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade” (LENIN, 2010, p.194). Eis outra grande função dos partidos: permanecer em luta em contextos de apaziguamento. Assim, nas palavras de Braz,

[...] a luta operária alterna historicamente momentos de maior combatitividade e momentos mais conformistas, ao sabor das variações conjunturais que determinam as possibilidades objetivas das lutas sociais. A tarefa do partido de vanguarda é exatamente atuar sobre essa realidade operária de modo a explicitar, a todo tempo, a natureza intrinsecamente exploradora e desigual da ordem burguesa (BRAZ, 2011, p. 82).

Cabe, inclusive, revelar o caráter contraditório das políticas sociais. As cotas nas Universidades, os auxílios e benefícios sociais enquanto direitos, a ampliação de concursos públicos, o baixo desemprego, o direito a

aposentadoria ou as políticas de transferência de renda não podem colocar as trabalhadoras pacificamente sentadas no sofá para assistir novela em uma televisão paga em doze vezes sem juros. Não queremos diminuir a importância das reformas e das políticas sociais. O que estamos querendo dizer é que em tempos de pouca mobilização, está na responsabilidade dos partidos de esquerda não deixar a luta cessar.

Outra questão que compreendemos ser tarefa dos partidos é a estruturação das demandas das trabalhadoras por meio de sua universalização. Aqui, partimos da compreensão do *trabalho* em seu sentido ontológico, sendo, portanto, o elemento central das relações sociais de produção e reprodução social. É o que fundamenta nossa percepção do partido como o instrumento de mediação universal das lutas econômicas e políticas. Nesse sentido, elucidamos Braz:

A questão que nos parece fundamental refere-se aos elementos centrais das formulações marx-engelsianas que se relacionam às determinações sociais primordiais do pensamento materialista-histórico. Eles se relacionam ao método de investigação da realidade, no qual há um *primado ontológico da economia*, donde o *trabalho*, como ato fundante do mundo material e espiritual dos homens, articula todos os outros elementos que compõem a vida social. Tal primado envolve as diversas particularidades componentes do real numa universalidade concreta. O *movimento político* do trabalho, a *classe organizada*, se insere nesta universalidade e, apesar de possuir uma dinâmica própria de constituição e movimento, deve ser entendido naquela universalidade porque determinada por ela, por sua dinâmica diretora (BRAZ, 2011, p. 35).

Assim, a classe, para nós, é o elemento universalizante e o partido o mediador universal (BRAZ, 2011). Ora, qual é a síntese possível entre as mais diversas reivindicações da classe trabalhadora? Do pedido por saneamento básico da associação de moradores às pautas mais polêmicas do feminismo, como o direito ao aborto legal. Do cartaz da professora com salário atrasado ao fechamento de rodovias pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) por reforma agrária e soberania alimentar. Da passeata estudantil por cotas e ampliação da assistência estudantil ao ato do movimento negro contra o genocídio de sua juventude. As mais diversas bandeiras se encontram na condição, posição e consciência de classe desses sujeitos.

Qual movimento social, sindicato ou indivíduo autônomo que consegue estruturar todas essas demandas em um programa? Quem consegue pensar e forjar uma sociedade onde seria possível a atenção às mais diversas particularidades e o respeito às individualidades? É preciso organizar o cenário caótico dos diversos cartazes que compõe uma mobilização. Construir um programa e uma agenda política que faça encontrar os diversos movimentos sociais e sindicatos. Foi o partido que “tornou possível historicamente a realização da síntese fundamental das diversas lutas numa luta política – ou, noutros termos, *tornou possível a própria revolução como emancipação humana*” (BRAZ, 2011, p. 308).

Podem nos contrapor argumentando que alguns movimentos e entidades da classe trabalhadora, mais organizados e com uma estrutura mais sólida, possuem suas cartas de princípios ou seus cadernos de deliberações construídos em congressos que abarcam diferentes temáticas e anseios dos movimentos das trabalhadoras. Verdade! É minoria, mas existem. O grande exemplo no Brasil é o MST; um movimento que por vezes, assume características de organização política partidária.

Entretanto, afirmamos que ainda assim, possui suas limitações e não pode ser classificado como partido político. Uma organização partidária revolucionária forja militantes nos diferentes movimentos sociais, intervindo com base em um programa político, com horizonte, sabendo onde querem chegar e o caminho a ser percorrido até lá. O partido precisa se fazer presente nos mais diferentes solos da vida cotidiana para elaborar pautas no encontro com outros sujeitos organizados. Também consideramos fundamental que se tenha planejamento de renovação de direção política para não perder o tempo histórico das gerações que passam e as que acabam de chegar. Por isso, acreditamos que

[...] os partidos políticos são, de maneira geral, as organizações políticas que exprimem os interesses comuns mais universais e detêm a capacidade (historicamente determinada e fundamentalmente orientada pela teoria) de dirigir as ações de classes, estratos e grupos sociais no conjunto de toda uma luta política complexa que envolve um amplo leque de conflitos sociais entre essas classes antagônicas. O partido é, pois, o instrumento de classe que vincula a teoria à prática política do proletariado, que dirige e orienta as massas, apresentando-lhes seus objetivos

estratégicos com os quais tenta convencê-las para lograr conduzi-las no processo revolucionário (BRAZ, 2011, p. 21).

Assumir a direção das ações de classe envolve, portanto, atuar na unidade entre teoria e prática revolucionárias. Nesse sentido, priorizar a construção de um programa continuado de formação política que possibilite preparar seus quadros para desenvolver uma atuação qualificada nos movimentos é fundamental. Nesse sentido, potencializa-se a militância dos sujeitos na contribuição com a organização da luta articulando as pautas mais imediatas com a perspectiva da transformação social, construindo sínteses em torno das necessidades de seu tempo e do que coloca as pessoas em movimento.

Na tarefa de dirigir um movimento há sempre o desafio de estabelecer uma relação dialética de respeito à autonomia de ambos. A transposição das pautas partidárias pela prática da instrumentalização dos movimentos cerceia a diversidade de formulações e perspectivas que o compõem. Ora, não esqueçamo-nos que o “elemento espontâneo” pode ser o “embrião da consciência” (LENIN, 2010; BRAZ, 2011) e que é preciso dividir o protagonismo das lutas sociais com outros sujeitos políticos, mesmo que não estejam organizadas em partidos políticos. Ao mesmo tempo,

[a] condição superior de consciência de classe só pode ser obra do partido revolucionário. E só ele pode promover tal elevação de consciência a partir de duas condições: se estiver preparado teórica e politicamente para tanto, o que supõe a formação de quadros políticos capazes de instruir e educar as massas conforme as orientações programáticas emanadas dos objetivos estratégicos do partido; e se estiver – antes mesmo da deflagração do momento revolucionário do qual deve assumir a dianteira – profundamente enraizado nas fileiras do proletariado, ou seja, se tiver feito, até então, das lutas objetivas e imediatas do proletariado as suas próprias causas, se estiver *efetivamente* identificado com ele, enxergará em seus quadros os seus dirigentes revolucionários (BRAZ, 2011, p. 82).

Os planos de formação podem ser diversos: internos ou ampliados para militantes de movimentos sociais que ainda não são do partido. Essa é uma possibilidade de afinar perspectivas nos movimentos e estreitar laços. De estabelecer relação entre o que se vive nas mobilizações de rua e o que se entende como o fundamento dessas manifestações. De construir referência no

programa do partido, de potencializar a intervenção partidária nas lutas cotidianas e consolidar direções.

As atividades de formação podem conter debates de acordo com conjunturas e prioridades específicas, mas contemplando debates clássicos que transpõem os limites conjunturais, como concepção de partido, revolução, sujeito revolucionário, internacionalismo, fundamentos do trabalho e do capital, tática e estratégia e história dos movimentos (sindical, feminista, negro, estudantil, etc), por exemplo. São formações que subsidiam a atuação política dentro dos movimentos que a militância compõe, que possibilitam a esses sujeitos debater os limites e as possibilidades do seu campo de atuação. São reflexões fundamentais que potencializam a práxis política.

Assim, podem ser elaborados programas locais, estaduais e nacionais, com etapas distintas e eleição de delegação para o nacional, com o custeio das despesas viabilizado pela política de finanças do partido. Se pensarmos no feminismo e no antirracismo como princípios de um partido de esquerda, é interessante construir formas de incluir sujeitos historicamente excluídos da política nas atividades de formação. Mulheres, população negra e LGBTs têm especificidades que mediam a relação com a política. Como ampliar essa participação? Esse é um questionamento importante na construção de organizações menos sexistas e racistas.

É interessante também quando os programas de formação contam com a participação das figuras públicas do partido e que possuem cargos na institucionalidade. Isso na medida em que possibilita manter estreito o vínculo entre essas representações, a base do partido e o que pensam como coletivo organizado. Quer dizer, o fortalecimento de instâncias (deliberativas ou acumulativas) no âmbito do partido o fortalece, mantém vivo, coeso e evita o distanciamento programático de seus quadros. São relações de construção partidária na coletividade, onde nenhuma representação da organização política se porta como alguém superior às instâncias coletivas. Em uma sociedade baseada em valores como o individualismo e com apego às aparências, esse é um desafio constante.

Em síntese, passamos rapidamente por alguns elementos que acreditamos compor a função social dos partidos de ser instrumento revolucionário. São eles: ser o instrumento de mediação universal das lutas da

classe trabalhadora, estruturando e organizando as diversas reivindicações; transpor as lutas imediatas e compor a unidade entre luta econômica e luta política; assegurar a continuidade da luta da classe trabalhadora em momentos de apatia; fomentar e garantir formação política continuada; e dirigir a revolução.

Chegamos então ao segundo elemento sobre nossa concepção de partido: alguns princípios que devem guiar a formulação de táticas e estratégias e orientar a construção de modelos partidários.

Primeiramente, é importante pontuarmos que existem diversas abordagens teórico-metodológicas que fundamentam os mais diversos princípios e resultam em diferentes concepções de partido, seja no campo da direita ou da esquerda. O partido não tem uma única forma de ser, por isso falamos em “partidos”, no plural. Além disso, esquerda e direita não são blocos homogêneos. Portanto, por mais que cada um dos campos possua alguns princípios em comum, as diferentes interpretações da realidade e da teoria política se materializam em diferentes táticas, estratégias e modelos partidários.

Não há uma fórmula e nem um modelo pronto de partido que deva ser apenas aplicado. Os partidos políticos, assim como os projetos societários, são dinâmicos, flexíveis, devem comportar as transformações societárias e os desafios de seu tempo (NETTO, 1999). Aliás, no *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels não formularam

[...] *uma teoria da organização do partido*. Há, indubitavelmente, um conjunto de princípios que compõem, a um só tempo, uma *linha programática geral* e as *diretrizes* – também gerais – que têm a pretensão de *nortear a ação política dos comunistas nos partidos ligados aos interesses do proletariado*. Se não se pode deduzir do documento de Marx e Engels um modelo de partido revolucionário, dele decorrem os *objetivos estratégicos* (BRAZ, 2011, p. 36; grifos do autor).

Assim, Marx e Engels vão pincelar alguns princípios que delimitam, por exemplo, o que caracteriza a luta política comunista, qual deve ser seu horizonte. Argumentam que “O que caracteriza o comunismo não é a supressão da propriedade em si, mas a supressão da propriedade burguesa”

(MARX; ENGELS, 2008, p. 31). Nessa lógica, o objetivo estratégico da militância e dos partidos de esquerda, para além dos comunistas, é “a constituição do proletariado em classe, a derrubada do domínio da burguesia, a conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 2008, p. 30), condições para a construção de uma alternativa societária sem exploração, opressão e desigualdades.

Os partidos de perspectiva única, que só abrem a possibilidade de organizar divergências internas em momentos congressuais, por sua própria condição de restrição de perspectivas políticas, costumam ser menores e aglutinam sujeitos convencidos do socialismo ou do comunismo, a depender de seu programa. Em outras palavras, abrigam parte da vanguarda revolucionária de esquerda. Como exemplos dentro da esquerda brasileira podemos citar o PCB e o PSTU.

Os partidos amplos, que possibilitam a organização de tendências internas, costumam ser maiores e possuem em suas fileiras diferentes sujeitos que se mobilizam pelas mais diversas insatisfações e que desejam uma organicidade maior em suas militâncias. Quer dizer, em contextos não revolucionários, como o que vivemos atualmente, organizam sujeitos para além dos revolucionários. A política de filiação tem suas orientações gerais e consensuais, mas possui as flexibilidades na condução pelas correntes internas. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é um exemplo nesses casos.

A conjuntura brasileira é de avanço do conservadorismo. A extrema direita tem se reorganizado em seus partidos, potencializaram suas intervenções políticas e ampliaram o número de parlamentares nas eleições de 2018. Diante da crise de representatividade de instituições e partidos, a alternativa foi criar legendas que agora não carregam mais o “peso” do partido. Rede Sustentabilidade, NOVO e Solidariedade são exemplos de partidos criados recentemente que adotaram essa política. Cortina de fumaça: todos são partidos políticos!

Mas a verdade é que se partidos de esquerda possuem muitos critérios para filiação e estruturas muito rígidas, os partidos da classe dominante são galpões abertos em que qualquer um pode entrar. E com isso não estamos defendendo que os partidos de esquerda esqueçam seus critérios e princípios

de filiação. Os partidos devem criar ambientes de debates, organizar pessoas, lutas, ter vida orgânica. O que estamos querendo problematizar é que em contextos de crise, as insatisfações tendem a aumentar e a esquerda precisa ter capacidade de disputar essas inquietações.

O pluralismo como princípio oxigena o partido. Não é abrir mão de princípios, é situar na história seus princípios, é contextualizá-los. Não é deixar de ser comunista ou socialista, e nem de deixar de falar sobre isso; é saber como falar, é entender como extrair da indignação de um sujeito a conexão com a contradição capital *versus* trabalho. No mesmo sentido, não é abrir mão de ser um partido comunista ou unificado, mas perceber como agregar mais indivíduos insatisfeitos ao campo da esquerda. São novos tempos e, portanto, novos desafios. E em um contexto tão retrógrado, nenhum partido é tão revolucionário que não possa se flexibilizar para crescer trabalhando formação política internamente. Reafirmamos: sem relegar os critérios para não perder seu propósito.

Um exemplo: as Jornadas de Junho de 2013 assustaram parte da vanguarda brasileira. Quais são os rebatimentos dessas manifestações de massa que aconteceram recentemente no Brasil? Apoio popular para o golpe político em 2016 e ascensão inimaginável da direita. Ou seja, nossa capacidade de canalizar as insatisfações tem sido muito menor. Obvio que há de se considerar o aparato estatal, as mídias e todas as melhores condições que gozam a classe dominante na luta de classes, mas isso não retira o atraso da esquerda no caminhar da conjuntura.

Assim, um dos grandes desafios da esquerda na conjuntura é acompanhar as transformações societárias adequando suas organizações, áreas prioritárias de intervenção, programas, plataformas e táticas para não perder o fio da história. Exercitar o diálogo e a capacidade de construir sínteses em torno de unidades programáticas e pragmáticas. Criar blocos amplos de resistência para não perder o que já foi conquistado. As experiências das frentes Brasil Popular, Povo sem Medo e a construção unitária de greves gerais por centrais sindicais de diferentes campos políticos alimentam nossas esperanças. Mas ainda há muito que avançar.

O que é fundamental compreender é que a estruturação de um partido precisa corresponder ao tempo histórico em que se situa para ter condições de

organizar a classe trabalhadora em torno de um projeto societário e dar respostas na luta de classes. Se não existe espaço vazio na política, há que se potencializar a capacidade de disputar corações e mentes. Caso contrário, os partidos de vanguarda podem acabar sendo a vanguarda de si mesmos.

Em *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*, Lenin faz algumas indicações de como deveria se organizar um partido revolucionário em seu tempo:

[...] a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, homens cuja profissão seja a atividade revolucionária (por isso, falo de uma organização de *revolucionários*, pensando nos revolucionários social-democratas). Diante dessa característica geral dos membros de tal organização, *deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais*, que vale, ainda mais, para a distinção entre as diversas profissões de uns e de outros. Necessariamente, tal organização não deve ser muito extensa e é preciso que seja o mais clandestina possível (LENIN, 2010, p. 181).

Ao mesmo tempo, o autor afirma que as relações variam “segundo as condições históricas” (LENIN, 2010, p.181). Assim, Lenin, como um dirigente revolucionário, estava preocupado em defender e construir um partido político que desse conta de organizar os trabalhadores em um movimento revolucionário em um contexto de autocracia. Por isso, a defesa de uma organização clandestina e restrita. Sendo para poucas pessoas e apenas para os militantes revolucionários profissionais, consistia em um partido de vanguarda com tarefa de dirigir as lutas econômicas e políticas de seu tempo, o que exigia capilaridade nas mais diversas manifestações de insatisfação da classe trabalhadora. Nesse sentido, o partido deveria trabalhar para “tornar os militantes práticos da social-democracia dirigentes políticos capazes de dirigir todas as manifestações dessa luta abrangente” (LENIN, 2010, p. 152). Nas palavras de Braz:

Em *Que fazer?*, Lenin traça uma noção de partido na qual este teria, ao mesmo tempo, a função de vanguarda do processo revolucionário e de centralização das ações políticas, com vistas à construção da revolução socialista. Por isso, o partido de Lenin tinha no seu âmago as exigências de uma estrutura rígida e altamente disciplinada (BRAZ, 2011, p. 79).

Ao mesmo tempo, afirmara Lenin que “A centralização das funções clandestinas da *organização* não implica, de modo algum, a centralização de todas as funções do *movimento*” (2010, p. 196). Ao contrário, ele explicava que a luta econômica e as manifestações espontâneas precisavam ser amplas. Vivia-se àquela época um momento pré-revolucionário e depois a própria revolução. Contexto muito específico que exigia uma organização disciplinada, coesa e rígida para não vazarem informações que pudessem comprometer a integridade dos militantes e do próprio partido. Era preciso direção forte e consciente de cada passo do movimento revolucionário.

Também por isso, Lenin requisitava que “Todo agitador operário que tenha algum talento e que seja uma ‘promessa’, *não deve* trabalhar 11 horas na fábrica. Devemos cuidar para que viva por conta do partido” (2010, p. 204). Isso é a profissionalização militante que, na nossa perspectiva, deve ser planejada, construída e com definição de tarefas a serem cumpridas em um determinado tempo de “profissão”. O planejamento é fundamental para que a militância do partido possa debater qual a função da profissionalização, os critérios para ela, a renda mensal que será paga (com base no salário médio das trabalhadoras) e por quanto tempo, para que se evite edificar privilégios e se desenvolvam burocratizações internas. Política não deveria ser carreira.

Estão as organizações partidárias acompanhando dialeticamente as transformações societárias para responder as demandas de seu tempo? Essa não é uma questão para se defender partidos com concepções fluidas que possam ser tensionadas pela conjuntura. A verdade é que se a luta de classes não é estática, os partidos também não devem ser.

Marx não foi um grande teórico sobre os partidos políticos, mas deixou algumas reflexões que ainda possuem atualidade e que serviram de ponto de partida para outros pensadores. Talvez Lenin tenha sido o principal formulador de uma teoria revolucionária sobre o partido no campo marxista, capaz de transitar até hoje por diferentes *marxismos*, dos trotskistas aos stalinistas. Entretanto, chamou-nos atenção Braz que

O leninismo de Stálin tornou o *marxismo-leninismo* doutrina oficial do partido bolchevique, operando enormes degenerações nas ideias de Lenin. O partido como dirigente da classe operária passa a se confundir com o Estado, que tem funções morais e políticas de

“defender” a revolução de toda forma contrarrevolucionária, como superestrutura dominante que refletiria os interesses de toda a classe (BRAZ, 2011, p. 87).

O fracasso da experiência socialista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) é uma paleta das mais variadas cores. Mas dentre as de maior destaque certamente está a degeneração do partido, com sua burocratização, seu sistema de privilégios à direção, a perseguição e o expurgo político de militantes de outras tendências, e o afastamento dos interesses gerais dos trabalhadores. Olhar para o futuro sem se esquecer do passado²³ nos deve ensinar a história para não repeti-la em seus equívocos.

As consequências para a luta da classe trabalhadora são imensuráveis até os dias atuais. O ódio ao comunismo em sua distorção tomou proporção mundial, perdura por mais de um século e enraizou-se nos diferentes países, nas diferentes camadas da população. Nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil militantes com bandeiras vermelhas ou com camisas de seus partidos foram agredidos, perseguidos, violentados. Tudo que pode ser relacionado ao campo da esquerda, mesmo que de forma enviesada, é caracterizado como ditadura. O conservadorismo até hoje se reatualiza sobre o discurso do patriotismo e do grito irracional de “minha bandeira nunca será vermelha”.

A criação dos Estado-nação com base na delimitação de territórios, motivo de guerras até os dias atuais, ofusca a realidade de classe sustentada pela divisão social do trabalho e pela divisão internacional do trabalho. Ora, o trabalho mais precarizado, menos especializado e valorizado nos países de economia periférica é alimentado pelo mercado mundial. Quero dizer, a lógica desigual e combinada do capital, vestida hoje pela roupa do imperialismo, condiciona economias centrais e periféricas e organiza o trabalho internacionalmente. Assim, a prioridade das atividades agrícolas e com menos tecnologia agregada, em contextos nacionais de extrema pobreza e desigualdade, condiciona maior expropriação da classe trabalhadora residente em países de economia periférica. Por isso Marx e Engels ecoaram a famosa frase que encerra o texto do *Manifesto*: “Proletários de todos os países, unidos!” (2008, p. 64).

²³ Faço referência à música “Dança da solidão”, de Paulinho da Viola.

O internacionalismo é uma das ideias atuais trabalhada pelos referidos autores, partindo da compreensão que se o sistema de dominação é internacional, a luta contra ele deve ser travada internacionalmente também. Mas há que se tomar cuidado: não há contradição em ser *internacionalista* e defender uma revolução nacional. Aliás, afirmam no mesmo texto que

[...] a luta do proletariado contra a burguesia – não pelo seu conteúdo, mas pela forma – é em primeira instância nacional. O proletariado de cada país tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia (MARX; ENGELS, 2008, p. 27).

Por isso as diferentes Internacionais organizadas ao longo da história possuem suas seções nacionais, compostas por partidos políticos em diferentes países que se articulam em uma organização mundial.

Um último elemento que gostaríamos de destacar como princípios de organizações partidárias é a defesa da autonomia. Nas palavras de Marx e Engels, “O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria” (2008, p. 27). Preservar os interesses da imensa maioria requer autonomia para a imensa maioria: autonomia de classe, política e financeira. Portanto, é fundamental que se respeitem as diferenças entre partido político, movimento social, sindicato, Estado e qualquer instituição capitalista. São organizações com natureza e objetivos diferentes.

Em tempo, se “quem paga a banda escolhe a música”²⁴, uma política financeira consistente é fundamental para manter a independência de classe do partido. Esse é um princípio que transpõe contextos históricos e que quando abdicado levou à falência programas de partidos de esquerda que precisaram recompensar o investimento financeiro de setores do capital em período eleitoral, como foi o caso do PT no Brasil. Foi um caminho que se escolheu, que moldou o programa partidário e de governo e que resultou em um grande descrédito desse partido.

Em síntese, nesse primeiro ponto de nossa pesquisa procuramos traçar algumas linhas de nossa concepção de partido político. Esse é o ponto de partida para problematizar o lugar das eleições e do feminismo nos partidos de

²⁴ Ditado popular.

esquerda em 2018. Por fim, após situar a função social do partido de esquerda, apresentamos alguns princípios que para nós são fundamentais. São eles: internacionalismo; pluralismo e respeito à diferença; democracia; autonomia; enraizamento nas lutas sociais; e o fim da propriedade privada como o principal objetivo estratégico.

Entraremos em seguida, em uma das grandes polêmicas da esquerda mundial: qual o papel das eleições burguesas para a transformação social? Estando em busca de identificar *como o feminismo foi incorporado nos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições de 2018*, essa é uma reflexão que muito nos interessa.

1.2 “Não vá se perder por aí”²⁵: a tática eleitoral e a estratégia nos partidos de esquerda

Se a noção de partido tem sido reduzida à institucionalidade, a noção de política tem se limitado à disputa eleitoral. Não são entendimentos aleatórios: essa é a prática política fincada na maioria dos partidos. Assim se consolidaram os partidos como “legendas de aluguel”, a política como carreira profissional e o fazer política como a busca por realização de interesses privados, de uma minoria; não públicos, da maioria da população. Falamos de uma forte relação patrimonialista com o Estado.

O combate a essas distorções passa também (e não apenas) pela recuperação do sentido histórico dos partidos, como organizações que possuem valores que fundamentam princípios; objetivos estratégicos; e táticas, que se materializam no programa partidário. A formulação de um horizonte político sustentada por uma perspectiva teórica e política sólida nos leva a caminhar com “a certeza na frente e a história na mão”²⁶. Portanto, “Não vá se perder por aí”²⁷: com os pés firmes em princípios é mais difícil que os passos caiam em tentadores atalhos que podem levar destinos diversos.

É nesse sentido que um partido elabora coletivamente suas estratégias

²⁵ Trecho da música “Não vá se perder por aí”, de Raphael Vilardi e Roberto Loyola.

²⁶ Trecho da música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré.

²⁷ Trecho da música “Não vá se perder por aí”, de Raphael Vilardi e Roberto Loyola, gravada pela banda “Os Mutantes”.

e táticas, sobre as quais, explica-nos Harnecker:

Entende-se por estratégia e tática de um partido “sua conduta política, isto é, o caráter, a orientação e os procedimentos de sua atuação política” (LENIN, p. 18) em relação a uma situação política concreta. A estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo, ou seja, é a forma como se planejam, se organizam e se orientam os diferentes combates sociais para alcançar esse objetivo (HARNECKER, 2003, p. 79-80).

Ou seja, objetivo, estratégias e táticas estão correlacionados e guiam as ações políticas em diferentes contextos. Assim, a construção de agendas políticas, de atividades, de pautas principais, de planos de formação política, de campanhas gerais coordenadas pelo partido, bem como a definição do leque de alianças e da centralidade da disputa eleitoral são pensadas a luz do objetivo estratégico principal do partido. Se o fim da sociedade de classes e a construção do comunismo constituem o objetivo estratégico de um partido de esquerda, quais táticas podem ser adotadas nos diferentes cenários políticos?

A elaboração dessas orientações permite que o partido se reatualize em diferentes conjunturas sem flexibilizar seu propósito final, sem cair em alternativas casuísticas e imediatas que podem se afastar do seu objetivo. Entretanto, não resulta dessa nossa perspectiva uma relação mecânica entre definição de objetivos, estratégias e táticas e garantia de atuações políticas sem desvios: há muitas mediações e determinações no fio da história de um partido. Há movimento, contradição, disputa. Não há linearidade na consciência e na luta de classes. O que queremos destacar é

[...] a importância da elaboração de táticas de ação e estratégias políticas que sirvam como indicações vinculadas às suas realidades. E mesmo essas indicações não são, em momento algum, apresentadas como fórmulas capazes de garantir a vitória da revolução, pois a realidade concreta é dinâmica e nos impõe mediações entre a intencionalidade e a efetividade (PAULA, 2016, p. 41).

Assim, mais do que caminhar, é preciso saber para onde caminhar e com quem caminhar. O conhecimento da realidade e da dinâmica da luta de classes é imprescindível na elaboração desses caminhos. Nesse sentido,

formular táticas e estratégias envolvem estudo, teoria, investigação e análises dialéticas do movimento do real. Envolve conhecimento histórico, da estrutura da sociedade e das variações conjunturais que se vive. Por isso a análise minuciosa da conjuntura econômica, política e social é tarefa constante de uma organização que se pretende revolucionária. Ressaltamos, desse modo, que

Caso os elementos que compõem determinada realidade não sejam percebidos e considerados, podem-se constituir táticas e estratégias distanciadas de uma real possibilidade de efetivação. Pode-se, nesse caso, ter estratégias e táticas incompatíveis com a realidade que se apresenta, acarretando, inclusive, na inviabilização do processo. Portanto, estratégias e táticas desarticuladas da realidade podem levar a um processo de distanciamento do objetivo proposto (PAULA, 2016, p. 54).

Nos parece um tanto óbvio que para se definir o que será feito é preciso conhecer o objeto que passará por uma intervenção e saber o que se quer com tal ação. Quer dizer, para se transformar a sociedade é preciso conhecê-la em sua estrutura e em suas mais diversas expressões e variações históricas. Assim,

A estratégia política implica um conhecimento das leis que regulam a luta de classes, de como uma classe se situa em relação a outras dependendo do grau de desenvolvimento do movimento revolucionário. Aproveitando esse conhecimento objetivo, o estrategista político é capaz de prever o curso que a luta de classes possivelmente adotará, podendo, assim, determinar qual o caminho a seguir para que essa luta consiga conquistar mais plenamente seus objetivos (HARNECKER, 2003, p. 82).

Assim, por mais que a estratégia esteja relacionada à dimensão estruturante da sociedade, fundamentalmente ao modo de produção e reprodução social capitalista, e não mude ao sabor das alterações conjunturais, o plano de ações a ser seguido taticamente para se alcançar um objetivo estratégico é formulado a partir de questões da conjuntura da atualidade. Assim, articula forma de consciência da massa de trabalhadoras, as necessidades mais imediatas e as condições objetivas e subjetivas dos sujeitos individuais e coletivos presentes na luta de classes.

Por exemplo, atualmente o contexto brasileiro coloca para os partidos de esquerda, fundamentalmente, o avanço do conservadorismo e o crescimento

da direita com seu processo de reorganização. Uma realidade que já vinha sendo desenhada por pesquisadores críticos, pela militância política e que ganhou contornos mais firmes a partir das Jornadas de Junho de 2013 e do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Ao mesmo tempo em que há o avanço da direita, há uma insatisfação generalizada com a política e com as condições de vida no Brasil: alto desemprego, extrema violência e repressão, inflação acelerada que aumentou o custo de vida básico da população e redução de políticas sociais. É um cenário que desafia a vanguarda revolucionária a explorar as contradições que emergem do acirramento da luta de classes vivido no país. Como enfrentar esse momento? Quais as táticas mais adequadas para conseguir canalizar as insatisfações para o campo da esquerda e da resistência? São questionamentos relevantes para elaboração de planos táticos que deem conta dos desafios de nosso tempo. Entretanto,

[...] para que toda essa atividade da vanguarda e das massas por ela conduzida não se traduza em atividades anárquicas, para que todas elas contribuam para o avanço da luta revolucionária do proletariado, devem ter uma linha orientadora, um fio condutor: a estratégia. A estratégia é aquilo que dá sentido às atividades revolucionárias diárias nas diferentes frentes de luta; que permite somar seus resultados e preparar as forças revolucionárias para enfrentamentos mais decisivos. Se se perde de vista a estratégia, a ação política pode se tornar imediatista e, mesmo, cair no oportunismo (HARNECKER, 2003, p. 85).

Por esse raciocínio, o que deve dar o sentido à disputa eleitoral é a estratégia. Assim, à luz de um horizonte bem definido e com base no objetivo estratégico é que são formulados plano de governo, principais pautas e principais debates, agenda de campanha e alianças. Para nós, a inserção nas eleições burguesas constitui uma tática importante para acúmulo de forças no sentido de se propagar ideias e conquistar adesão.

Pela tradição marxista entende-se que uma estratégia será superada com a transformação radical da estrutura da sociedade, o que significa que há um limite para a disputa eleitoral, quer dizer ela não será o caminho para extinção da sociedade de classes. Assim, desde as atividades mais elementares às mobilizações de rua ou mesmo aos planos de formação política são orientados pelo “fio condutor” que é a estratégia, bem como por uma

direção que sabe onde que chegar, que sabe extrair da indignação mais trivial a contradição do sistema, colocando a classe trabalhadora em movimento. Portanto, “o que entendemos por ‘tática revolucionária’: é o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política” (HARNECKER, 2003, p. 139).

A abertura de um novo cenário conjuntural, desse modo, provoca atualização de um plano de ações. Assim, “A tática deve se adaptar a diversas situações. Cada vez que surge uma nova conjuntura política, a tática deve responder com formas de organização e de luta apropriadas à nova situação” (HARNECKER, 2003, p. 134). Por isso as táticas são mais flexíveis, adaptáveis; elas acompanham a conjuntura. Podemos entender a tática também como “a mediação cotidiana da estratégia” (SACHS, 2010, p. 49 *apud* PAULA, 2016, p. 39). É o que vai “determinar a ação específica, de acordo com as circunstâncias históricas concretas” (HARNECKER, 2003, p. 133).

Dessa forma, a tática com potencial revolucionário é resultado de uma compreensão do período em que se vive, dos seus limites e das suas possibilidades históricas. Independente de contextos de calma ou de efervescência de lutas sociais, a manutenção da exploração capitalista sob a divisão social, sexual e racial do trabalho impõe a mesma estratégia: o fim da sociedade de classes, do patriarcado, do racismo e a construção do comunismo com liberdade. Entretanto, forjar uma revolução que permita provocar essa transformação estrutural requer diferentes ações táticas. Um cenário de grandes mobilizações sociais, de forte organização da classe trabalhadora, de insatisfações generalizadas e de consciência crítica demanda intervenções diferentes de um cenário de calma e de acúmulo de forças. Cenários de democracia ou ditadura também exigem táticas diferenciadas. Uma vanguarda com capacidade de análises objetivas com base em um conhecimento teórico pode ser acompanhada de um movimento de base a partir da precisão de seu plano tático. Ao mesmo tempo,

se é verdade que devemos considerar “o estado de ânimo das massas” para “determinar o momento de tal ou qual ação, determinação ou convocação etc.”, de modo algum isso pode servir de base para estabelecer a estratégia do proletariado (HARNECKER, 2003, p. 136).

Exatamente porque o objetivo estratégico é mais amplo, está relacionado com a estrutura da sociedade, não é determinado e nem deve ser flexibilizado por conjunturas específicas. Quer dizer, o problema que envolve a estratégia tem raiz profunda, diz respeito à própria sociabilidade burguesa. Então, a estratégia só mudaria com a transformação radical das bases que sustentam o modo de produção capitalista.

Para delimitar melhor o que é matéria da tática, vamos a alguns exemplos:

São questões táticas: a) as formas de organização que tanto a vanguarda quanto as massas devem adotar; b) as formas e os métodos de luta a serem empregados; c) a forma concreta como são aproveitadas as contradições que surgem dentro do aglomerado de forças inimigas; d) as formas de agitação e propaganda destinadas a promover a realização das tarefas determinadas. O conteúdo das palavras de ordem políticas tem aqui um papel fundamental (HARNECKER, 2003, p. 139-140).

São questões que tentam responder ao problema de como viabilizar a realização de um objetivo estratégico. Por isso abordamos no item anterior que a forma de organização, ou o modelo partidário, bem como as principais agendas de luta são flexíveis. Os princípios e orientações programáticas permanecem, mas a forma como os partidos se organizam ao longo da história varia pelas necessidades de cada tempo. Pense como algumas indicações programáticas que Marx e Engels esboçaram ainda no *Manifesto do Partido Comunista* continuam atualíssimas - como a questão da derrubada do domínio da burguesia, da conquista do poder político pelo proletariado, da abolição da propriedade privada e do modelo de família burguês, etc -, apesar das formas de luta e dos partidos sofrerem alterações.

Situamos a disputa das eleições burguesas na segunda questão destacada por Harnecker: como uma forma de luta a ser empregada. Primeiramente, vale lembrar que participar das eleições não é um tema consensual no âmbito da esquerda. Mas nós acreditamos ser esse um momento importantíssimo para propagação de ideias comunistas ou socialistas e para denúncia das contradições da classe burguesa. Lembremos também que páginas atrás problematizamos que não há espaço vazio na política, o que exige atitude e compromisso para apresentar uma plataforma política ao

conjunto das trabalhadoras.

Entendemos que a disputa eleitoral permite também articular as outras questões que a autora aponta: possibilita explorar contradições da sociedade burguesa e de suas direções políticas, bem como projeta maior alcance para propagandas, para agitação nas ruas e para fortalecer palavras de ordem (ou desordem).

A política ganha maior visibilidade e trânsito durante o período eleitoral. A obrigatoriedade do voto no Brasil certamente provoca milhares de pessoas a buscarem propostas ou mesmo apenas candidaturas que mereçam seus votos. É verdade que a qualidade dessa busca e os critérios para decisão do voto são permeados por inúmeras contradições, mas o que queremos destacar é que o período eleitoral é um momento propício para o debate político. Contrapor a realidade de compra de voto com cestas básicas, remédios, serviços, ou mesmo dinheiro exige ocupação dos espaços e luta diária por melhores condições de vida para a população. Da mesma forma, contrapor a lógica personalista do voto no vereador do bairro ou no moço da igreja também demanda construir outra cultura política, quer dizer, outra forma de se fazer política mesmo em período eleitoral. Ao mesmo tempo, para alargar os horizontes do que se entende por política é preciso vivenciá-la, é preciso a experiência da luta política. Por isso os partidos de esquerda durante o período eleitoral atuam também para aproximar trabalhadoras ao seu campo, provocando reflexões críticas, estabelecendo contato e convidando para atividades para além do período eleitoral. É preciso ampliar a noção de política para além das eleições e a própria eleição pode ser um caminho para isso. Essa é uma questão tática de acúmulo de forças!

A disputa eleitoral do ano de 2018 no Brasil foi um marco importante em para a história do país. O avanço da extrema direita reatualiza os velhos laços conservadores na política brasileira, protagonizado por uma elite que enlaça concentração de renda e de terra, militarismo, repressão, fundamentalismo religioso, patriarcado e racismo. O momento eleitoral abre espaço para que o partido de esquerda utilize sua candidatura para denunciar o conteúdo, os fundamentos e os rebatimentos desse enlace na vida da grande maioria da população brasileira.

Nesse sentido, os partidos têm a responsabilidade, por exemplo, de

evidenciar que a proposta de “Escola sem Partido” é na verdade a defesa de uma escola de partido único; representa um projeto societário do campo da direita que ataca a liberdade de cátedra e cerceia o pensamento crítico que pode ser libertário. Lembremos que já nos alertavam Marx e Engels (2009, p. 37) que “Os comunistas não inventaram a interferência da sociedade na educação; eles apenas modificam seu caráter e tiram a educação da influência da classe dominante”.

Cabe também aos partidos de esquerda revelar o papel das Forças Armadas e da repressão na sociedade capitalista; discutir os reais motivos da crise e os rebatimentos da política de privatização de empresas nacionais, de políticas sociais e da seguridade social. É articular a tática à estratégia revolucionária. A “cultura da crise”²⁸ e a satanização do Estado incorporadas pela população não são compreendidas em seus fundamentos. Por isso é interessante utilizar o momento eleitoral para revelar o caráter de classe, elitista e excludente da plataforma política do campo da direita. Evidenciar, portanto, que ajuste fiscal, contrarreforma trabalhista e contrarreforma da previdência não são medidas para se cortar privilégios, são retiradas de direitos. Quer dizer, é preciso separar o joio do trigo com as denúncias, mostrar qual é o joio (LENIN, 2010, p. 184), dizer que o resultado dessas medidas é a degradação das condições de vida da maioria, escamoteadas de neutralidade e do bem comum. Assim, “É nosso dever também denunciar todo tom conciliador, de ‘harmonia’, que se manifeste nos discursos dos liberais” (LENIN, 2010, p. 184). Dessa forma, “nossa tarefa imediata é combater o joio. A nossa tarefa não consiste em semear o trigo em pequenos vasos. Ao arrancar o joio, limpamos o terreno para que o trigo cresça” (LENIN, 2010, p. 185).

Como já afirmado anteriormente, a ocupação da disputa eleitoral permite aos partidos ampliar o alcance de seus contrapontos. Há uma importante oportunidade que os partidos de esquerda têm em falar em rede nacional pelas emissoras de televisão. O que chega todo dia na casa da população pelos principais noticiários são informações lidas e repassadas pela perspectiva dos grandes empresários e da política da ordem do capital. Não há contraponto na televisão, e nos debates eleitorais pode-se apresentar ao vivo e sem cortes

²⁸ MOTA (1995).

editoriais o que se pensa e o que é defendido pelas candidaturas de esquerda. É possível realizar denúncias, constranger o inimigo em rede nacional e apresentar alternativas. Só se pode optar por um campo político quando se tem conhecimento dele. E a verdade é que a burguesia historicamente se empenha em demonizar a esquerda, o que foi acentuado desde o fim da experiência socialista na União Soviética. Assim, a abertura para o debate político durante as eleições propicia que se apresente o que de fato é o campo da esquerda e o que pensa sua militância.

O esforço em construir um leque de alianças programáticas com os segmentos de esquerda é um desafio fundamental. Ouvir diversas demandas dos mais diferentes movimentos sociais, tornar uma candidatura um movimento, uma plataforma que transponha o partido e tenha capilaridade nos setores de resistência. Provocar identificação com o campo político a partir de demandas concretas, universalizar o imediato, o singular.

Considerando que “O trigo consiste em fazer com o que setores mais atrasados dos operários (os mais vastos) se interessem pelas questões sociais e políticas” (LENIN, 2010, P. 184), as eleições podem ser terreno fértil diante de uma tática bem elaborada. Isso na medida em que a disputa da eleição é um instrumento para se acumular forças, crescer o movimento, ganhar adeptos, simpatizantes, formar novos militantes e até mesmo novos quadros. Nas eleições a política se torna um assunto geral, mais presente, e isso abre canais de diálogo direto com a população. Com linguagem compreensível e buscando as formas mais apropriadas de abordagem a públicos diversos é possível contrapor o pensamento dominante exemplificando, desmascarando, explorando contradições e apresentando ideias e propostas concretas. Nesse sentido, é importante que sejam construídos bons materiais de campanha, didáticos, objetivos, bem elaborados e com *design* que provoque identificação e convide a tomar conhecimento do material que se apresenta. Materiais sintonizados com as exigências de nosso tempo, marcado por novas mídias, plataformas digitais e redes sociais. Caminhar pelas ruas, feiras, locais de trabalho e de cultura com panfletos, bandeiras, camisas, poesias e muita esperança. É ocupação de espaço com informação, é o diálogo pelo futuro da humanidade!

Assim, compreendemos que a disputa eleitoral é uma tática e, como tal,

deve estar subordinada à estratégia política do partido. Inverter essa relação é se perder pelos atalhos que o caminho dá e não há dúvidas que a história cobrará. Nesse sentido, a ideia é que planos de governo estejam articulados a programas partidários em suas estratégias, seus princípios e seus valores. Para tanto, a unidade entre teoria e prática é fundamental, sob o risco de cair numa modalidade grave do oportunismo, o *taticismo*, sobre o qual explica Lukács:

Ao invés de utilizarmos princípios teóricos gerais do marxismo para criticar e corrigir a ação prática, subordinamo-los mecanicamente, a cada passo, às necessidades imediatas, às exigências momentâneas de nossa atividade política. Com isso, renunciamos a uma das conquistas fundamentais da perspectiva marxista: a unidade teoria e prática. A teoria fica reduzida à condição de escrava da prática e a prática perde sua profundidade revolucionária (LUKÁCS, 1978, p. 20).

A discussão da centralidade das eleições burguesas para os partidos de esquerda ganhou uma experiência prática no Brasil que devemos problematizar principalmente com relação à tática e à estratégia, sob forte *taticismo*. Referimo-nos à trajetória do PT, fundado numa conjuntura de efervescência dos movimentos sociais e com resoluções congressuais que afirmavam diretamente a opção pela estratégia socialista e pela derrubada da burguesia. Entretanto, nossa percepção é que “O PT que chegou ao poder em 2002 não era mais o mesmo da sua primeira década de existência, tampouco da sua fundação, tanto em termos de concepção como de ação política” (CISNE, 2013, p. 224). Quer dizer, o PT vence as eleições presidenciais orientado por prioridades diferentes das documentadas em sua gênese, e com conteúdo diferente também. Portanto, a corrida presidencial no ano de 2002 foi um marco importante para ao país, para a esquerda e para o próprio PT, com rebatimentos na luta de classes ainda a serem analisados. Isso porque

tal vitória ocorreu com o PT tendo transformado a sua tática (e de seus aliados) em estratégia. Ou seja, a esperança de parte da esquerda de que a vitória do “Lula-lá” pudesse representar uma importante tática no “acúmulo de forças” para a estratégia do socialismo, foi esvaziada desse conteúdo político. Agora, todas as táticas eram válidas em nome do que se tornara estratégia: ganhar as eleições. Dessa forma, “de eleição em eleição (1989, 1994, 1998 e 2002), o PT se transformou politicamente, tornando-se um enorme aparelho burocrático” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 186). Foi por essa via eleitoral esvaziada ou dissociada do que outrora o partido defendia com estratégia – o socialismo, que o PT passa a

conquistar maior espaço institucional, ganhando eleições em diversos municípios e importantes estados do país (CISNE, 2013, p. 221-222).

O descrédito na política, na esquerda e a desmobilização da classe trabalhadora nos anos seguintes são consequências sérias dessa transformação da tática em estratégia pelo PT. A esperança que venceu o medo²⁹ nas eleições de 2002 foi dilacerada ano após ano. O governo não realizou Reforma Agrária, priorizou políticas sociais compensatórias, deu continuidade a privatizações e à política do superávit primário, incentivou a expansão do ensino privado, e ao invés de fortalecer os movimentos sociais alimentou o clima de apaziguamento e passividade com cooptação de entidades e sujeitos, utilizando até mesmo de repressão. Quer dizer, não foi uma candidatura e, posteriormente, um governo, para acúmulo de forças para a estratégia socialista e de tomada do poder. Aliás, alerta-nos Cisne que

[...] para iniciar um processo real de transformação social, não é suficiente chegar ao poder do Estado, é indispensável que a classe trabalhadora passe a ser a classe dominante, superando o domínio burguês e instituindo um Estado proletário. Trata-se, em poucas palavras, de tomar o poder. Não se pode, portanto, ter a ilusão de que por meio da administração de órgãos do Estado burguês os trabalhadores conquistarão o poder (CISNE, 2013, p. 229).

Com o PT, a transformação da tática em estratégia, a chegada ao poder e a permanência nele se tornaram prioridades à frente da tomada do poder por toda classe trabalhadora para construção de outro modelo societário. Por isso salientamos as eleições, mandatos e governos como instrumentos para acúmulo de forças, não como um fim em si mesmo. Assim, não vale tudo para a vitória eleitoral e não será ela que instituirá o poder popular. Ele depende de um processo histórico de tomada de consciência da ampla maioria das trabalhadoras, depende de prática política coletiva, de condições objetivas e subjetivas para instaurar um movimento revolucionário que leve ao chão o domínio burguês. E isso não será feito com lideranças da classe trabalhadora aceitando os “balcões de negócios” da burguesia para definir quem será o novo presidente do país.

²⁹ Faço menção ao bordão que incendiou as eleições de 2002 e contribuiu para vitória de Lula.

As candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva não foram apenas candidaturas do PT, ao contrário, englobavam diversos setores progressistas, críticos e de esquerda. As experiências de lutas unitárias forjadas na década de 1980 certamente compõem o solo fértil para esse encontro de esperança nas plataformas construídas pelas candidaturas do PT àquela época. Com discurso radical de transformação social e ainda orientado pela estratégia socialista, o partido aproximou movimentos sociais e populares, sindicatos e entidades estudantis em torno de um programa socialista. Entretanto, as derrotas em 1989, 1994 e 1998, somadas aos rebatimentos tardios do fim da experiência da União Soviética e do avanço do neoliberalismo no país, levam o partido a flexibilizar seu programa, o que para muitos já evidenciava o caráter que revestiria o governo de Lula. Nesse sentido, o PT abriu-se ao capital para “doações” financeiras para disputa eleitoral, negociou os retornos desse investimento e transmutou o radicalismo de classe para a conciliação, em tom mais moderado pela “governabilidade”.

Assim, os Governos de Lula e Dilma não realizaram mudanças estruturais na sociedade e não fortaleceram o projeto popular antes propagado (CISNE, 2013). Ao contrário, desviaram recursos do fundo público para pagamento da dívida pública, alimentaram o mercado de juros e a especulação inflando o lucro da burguesia financeira. Seguindo a mesma linha,

Virgínia Fontes (2006) também analisa esse giro que atingiu o Partido dos Trabalhadores o qual, segundo a autora, “foi abandonando o papel de organização das classes dominadas para aceitar ser apenas competidor no mercado eleitoral. Converteu-se numa esquerda para o capital, adequada às suas necessidades de acomodar os dominados” (FONTES, 2006, s/p, grifo nosso) (CISNE, 2013, p. 235; grifo da autora).

Diante desse cenário, setores que contribuíram na fundação, construção e crescimento do PT romperam com o partido. Com isso, alguns fundaram novas organizações partidárias, outros se desiludiram com esse instrumento e preferiram atuar apenas em movimentos sociais, e outros tantos escolheram “vestir o pijama” e dormir sem muitos riscos de novas desilusões com a política. Desde então, a esquerda passa por um período de reorganização no país, com raríssimas e limitadas experiências de unidade. Aliás, o avanço do conservadorismo, a reorganização da direita e a eleição de Jair Messias

Bolsonaro à presidência em 2018 têm forçado a tentativa de unidade da esquerda e de setores críticos. A passos lentos, assim surgiram as frentes de luta Brasil Popular e Povo sem Medo, que inclusive têm se juntado em algumas ações. A unidade das Centrais Sindicais na convocação de greves, paralisações e atos públicos também têm avançado nessa conjuntura e são fundamentais. No Parlamento, a oposição tem sentado na mesma mesa para construção de unidades pragmáticas contra uma série de retrocessos anunciados, como a Contrarreforma da Previdência de Bolsonaro, o corte de verba na educação, a ampliação da liberação de agrotóxicos, a liberação do porte de arma e a violência conjugada com preconceito que tem sido disseminada pelo Governo Federal.

O caminho trilhado pelo PT na disputa eleitoral e também como governo não foi de se tornar instrumento de fortalecimento da classe trabalhadora. Perdeu-se a noção da eleição e da institucionalidade como questões táticas para o acúmulo de forças e a derrubada do capital. Ao contrário, geriram-se os interesses do capital numa tentativa de conciliação com os interesses das trabalhadoras. E nós sabemos (e sentimos) quem foram os prejudicados e os privilegiados nesses “acordões”. Assim, ressaltamos que

A perspectiva eleitoral que o PT passou a adotar rompe com a Resolução do 2º Encontro Nacional, em 1982, na qual o Partido estabelecia as eleições como uma tática para a estratégia do socialismo, devendo, para tanto, alertar para os riscos do eleitoralismo. Nessa Resolução, o PT afirma que não “haverá candidatos no partido, mas sim candidatos do partido” [...], buscando “evitar, entre nós, o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrista político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores” (*IDEM*, 1998, p. 135) (*CISNE*, 2013, p. 225-226).

Essa resolução atesta a perspectiva de partido e de eleição que o PT comungava em seus primórdios. Optar por “candidaturas do partido” e não “candidaturas no partido” é uma forma de afirmar que a estratégia e os princípios do partido são prioridade e não devem ser negociados. É uma resolução que contrapõe a lógica das filiações para concorrer eleições e valoriza a militância partidária. Revela respeito às deliberações e formulações coletivas no interior do partido. Uma “candidatura do partido” é a escolha de um

quadro político que esteja nas trincheiras do partido para representar um programa partidário coletivo em um programa de governo durante uma tarefa política, a disputa eleitoral. Uma “candidatura no partido”, ao contrário, poderia ser apenas a cessão de uma legenda para concorrer às eleições. Ou seja, não tem vinculação com o programa do partido necessariamente, não tem história nele, não tem referência na base da militância que o constrói todos os dias. Portanto, perde-se o propósito final da disputa eleitoral e do que compreendemos como partido.

Dessa forma, entender a disputa eleitoral como uma tática nos alerta para os oportunismos e para os perigos dos atalhos eleitoreiros. Se a eleição não é o objetivo principal, mas um instrumento de luta para a estratégia socialista, as candidaturas e programas de governo não devem flexibilizar pautas, mas apresentá-las de forma coesa, como um projeto societário articulado. Aliás, afirmaram Marx e Engels (2009, p. 63) que “Os comunistas não ocultam suas opiniões e objetivos. Declaram abertamente que seus fins só serão alcançados com a derrubada violenta da ordem social existente”.

Portanto, a eleição é momento de realizar denúncia, apresentar a alternativa pelo contraponto, propagar o programa, ampliar a resistência, ganhar adeptos e convencer as pessoas que é possível construir um mundo de igualdade e justiça social. Viver em ansiedade, estresse e múltiplas situações de violência não pode ser a única opção da humanidade.

O sistema político obriga a indicar pessoas específicas para cargos específicos, mas pode-se despersonalizar a política apresentando projetos coletivos. Assim poderiam ser as eleições: menos votos em pessoas, mais eleição de programas e projetos de sociedade coesos. Evitaríamos legendas de aluguel e “santinhos” com partidos da extrema direita à esquerda, passando por um deputado do “centrão”. Como não gerar insatisfação e descrédito na política com esse voto disperso? A escolha entre pessoas dispersas com interesses individuais e não entre projetos estruturados que dialogam com as necessidades da maioria da população jamais dará conta dos anseios e da esperança cada vez mais rara depositada em um voto. Nesse sentido, realizar convenções eleitorais que planejam uma política eleitoral geral para o partido e aderir às listas preordenadas pode fortalecer a referência no programa do partido, mesmo que materializada em figuras públicas individuais. Além disso,

é importante que se construa uma identidade entre as atuações políticas de direções e figuras públicas com o programa do partido, respeitando as deliberações internas e a política a que todas devem estar submetidas. Nessa lógica,

é importante levar em conta que, “se não existir uma organização forte, experimentada na luta em todas as circunstâncias e em todos os momentos, não é possível sequer falar de um plano sistemático de ação, elaborado com base em princípios firmes e aplicado com perseverança, único plano que merece o nome de tática” (HARNECKER, 2003, p. 139).

Portanto, reafirmamos o partido como um instrumento imprescindível para a organização da classe trabalhadora, sendo um mediador para o encontro de diversas pautas que podem ser estruturadas no programa partidário e discutidas no âmbito do programa de governo. Para isso, estar enraizado nas diferentes lutas e movimentos sociais é fundamental.

Em seguida, teceremos algumas reflexões sobre o fundamento da desigualdade entre homens e mulheres e como essa realidade influencia historicamente a participação das mulheres na política. Além disso, discutimos a importância do feminismo para o movimento pela transformação social.

1.3 “Ela desatou nós”³⁰: a importância do feminismo para a transformação social

Há uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas que embasam leituras diferentes da realidade das mulheres. Diante do crescimento que se tem vivido no feminismo, disputar seu sentido é um dos grandes desafios da atualidade. O que sustenta o machismo? Qual o fundamento da violência contra as mulheres, dos salários desiguais e da pouca participação política se comparada aos homens? Entendemos que essas questões são expressões cotidianas na vida das mulheres de relações estruturais de desigualdade e dominação. Mas há quem defenda que são meramente demandas culturais, que podem ser revolidas pela ação do Estado com a garantia de políticas públicas ou que basta mudarmos a orientação das escolas

³⁰ Trecho da música “Triste, louca ou má”, de Francisco El Hombre.

e a educação de nossas crianças. Por isso se fala em “feminismos”, e não em um único “feminismo”. Em nossa perspectiva, o fundamento da desigualdade entre homens e mulheres está na divisão sexual do trabalho, que consiste na

[...] forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc) (KERGOAT, 2009, p.67).

Quer dizer, por meio dessa divisão é atribuída às mulheres responsabilidade com o trabalho doméstico, com o cuidado da família e com todas as tarefas necessárias para a reprodução da força de trabalho, aparentando ser um destino natural de todas elas (SAFFIOTI, 2013). Assim, assumem funções primordiais no âmbito privado, ao passo que aos homens cabem a vida pública, os assuntos de interesse público e a produção social.

Dessa forma, consideram-se completamente distintas as dimensões da produção e da reprodução social. Entretanto, a verdade é que “as modalidades da reprodução são conformadas historicamente pelas modalidades da produção, o que significa dizer que a cada modo de produção corresponde uma forma particular de organização da reprodução” (FERREIRA, 2017, p. 107). Quer dizer, as dimensões da produção e reprodução social são aqui compreendidas como processos indissociáveis, mutuamente determinados e constitutivos da totalidade da vida social. Essa é uma questão central para o feminismo materialista, pois nos indica a necessidade de transformação de um modo de produção e reprodução de relações sociais (e sexuais) de produção, entendendo que são momentos intimamente relacionados, que se co-produzem.

Como nos ensina Kergoat, a divisão sexual do trabalho sofre alterações a partir das transformações societárias e da dinâmica da luta de classes, seja por novas requisições feitas pelo movimento do capital ou por conquistas da classe trabalhadora. Entretanto, a divisão entre “o que é de homem” e “o que é de mulher” e a hierarquização dessas atribuições persistem como elementos que organizam e estruturam as relações sociais nessa sociedade (CISNE;

SANTOS, 2018, p. 63).

É nesse sentido que mesmo com a entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho formal, ocupando aos poucos os locais públicos, os encargos com as tarefas domésticas não sofreram grandes alterações, quer dizer, continuam sendo responsabilidade principal delas. Aliás, “Essas atividades, ao serem muito mais consideradas uma obrigação ou um papel feminino, servem de justificativa para os baixos salários recebidos pelas mulheres” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 65). É a mesma lógica para baixa remuneração de profissões majoritariamente femininas e ligadas fundamentalmente ao cuidado, como Enfermagem, Pedagogia e Serviço Social. Quer dizer, há na divisão sexual do trabalho uma explicação para as desigualdades, para as diferenças salariais e de valorização social entre profissões.

Por isso Lenin atesta que:

O movimento operário feminino, não se contentando com uma igualdade puramente formal, toma a tarefa principal de lutar pela igualdade econômica e social da mulher. Fazer a mulher participar do trabalho produtivo social, libertando-a da “escravidão doméstica”, libertando-a do jugo bruto e humilhante, eterno e exclusivo, da cozinha e do quarto dos filhos, eis a tarefa principal (LENIN, 1979, p. 104-105).

Assim, não serve apenas a declaração constitucional que “todos são iguais perante a lei”. É a partir da compreensão que a divisão sexual do trabalho, assim como a divisão social e racial do trabalho, estrutura as relações sociais no sistema patriarcal-racista-capitalista, que a libertação das mulheres da “escravidão doméstica” se coloca como uma tarefa central. Portanto, para nós, a luta das mulheres pela igualdade passa necessariamente pela superação da divisão sexual, racial e social do trabalho.

Mas não é assim que pensa todo feminismo. Aquelas que caminham pela via reformista, que inclusive cresceu no país na década de 1990 e no início dos anos 2000 – certamente sob influência do neoliberalismo brasileiro, do processo de onguização dos movimentos e do avanço da política de conciliação de classes no Brasil -, propõe a via do Estado, por meio da garantia de políticas públicas, como ação prioritária no “combate às questões de gênero”, como é dito mais comumente. Assim propagam também os Organismos Internacionais “em defesa da diversidade” e os setores que

acreditam em um capitalismo mais humanizado e que “viva a diferença”, como foi tema de novela na Rede Globo.

Em contrapartida, quando analisamos as desigualdades vividas pelas mulheres como resultado de um determinado modo de vida estruturado sob a consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe, apontamos a necessidade de revolucionar todas as bases da sociedade do capital. Assim, entendemos que

[...] mesmo na igualdade puramente formal (igualdade jurídica, “igualdade” do bem alimentado e do faminto, do possuidor e do não-possuidor), o capitalismo **não pode** ser consequente. E uma das manifestações mais gritantes desta inconsequência é a **desigualdade** da mulher e do homem. Nenhum Estado burguês, por mais democrático, progressivo e republicano que seja, reconhece a inteira igualdade dos direitos do homem e da mulher (LENIN, 1979, p. 104; grifos do autor).

A leitura sobre os limites da sociedade e do Estado burguês na resolução da situação de desigualdade que vivem as mulheres não exclui a formulação e a luta por políticas públicas ainda nos marcos do capital. Ao contrário, provoca que o campo do feminismo materialista articule as demandas urgentes e imediatas com a necessidade de transformação social. Por isso, questionamos como o feminismo aparece nos planos de governo dos partidos de esquerda nas eleições de 2018. O que a esquerda tem formulado como políticas públicas para as mulheres? Como o feminismo foi incorporado nos planos de governo? Há articulação entre necessidades imediatas e a luta pela transformação social? Qual a importância dada às questões feministas? Nesse sentido, a mediação da organização política se coloca como um instrumento importante para construção coletiva de reivindicações como o combate à violência contra as mulheres, a igualdade salarial, os direitos sexuais e reprodutivos e a ampliação da participação política das mulheres. Aliás,

De 1970 em diante os movimento feministas chamaram atenção para a complexidade das relações sociais, visto que, além da exploração que a classe trabalhadora estava submetida, existiam outras formas de opressão que mereciam respostas do Estado e atenção dos sujeitos coletivos no campo da esquerda. Assim, apresentaram aos partidos políticos considerados de esquerda suas reivindicações particulares, exigindo redefinição do seu ideário político-cultural, até então centrado numa linguagem e em práticas marcadas pela desigualdade de gênero (SANTOS, 2008, p. 65).

As décadas de 1960 e 1970 foram importantes na articulação e

crescimento organizativo das mulheres em nível mundial e também no Brasil, o que não quer dizer que as reivindicações das mulheres surgem nesse período, como já argumentava Lenin no início do século XX. Entretanto, sabe-se que o feminismo não foi incorporado de imediato pela esquerda. Ao contrário, as reivindicações sobre a vida das mulheres, assim como da população negra, eram consideradas (e ainda são por alguns setores) como elementos que dividem a luta de classes e são desviantes da questão central do comunismo (CISNE, 2018). Entretanto, acreditamos que “Trata-se, ao contrário, de entender as particularidades da classe para compreendê-la na sua totalidade” (CISNE, 2018, p. 213). Um entendimento que a universalidade da classe não elimina e nem esconde suas particularidades, considerando que “não podemos negar que a classe trabalhadora não é homogênea, posta que é permeada e constituída pelas relações de sexo e raça” (CISNE, 2018, p. 213). Aliás, falando do Brasil, “a nossa formação sócio-histórica carrega uma substância patriarcal, sexista e racista sem as quais se torna impossível compreender a complexidade das classes sociais no país” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 104).

Nesse aspecto fundamental para a luta anticapitalista, o feminismo materialista tem formulado questões que fazem o movimento avançar, considerando que “O proletariado não chegará a emancipar-se completamente se não conquistar para as mulheres uma liberdade completa” (LENIN, 1979, p. 103). Quer dizer,

As feministas socialistas formularam muitas questões, surgidas em virtude da prática política e da compreensão que alcançamos por meio do feminismo. Queremos saber, por exemplo, qual tem sido a relação entre os movimentos feminista e socialista. Perguntamos como o modo de divisão do trabalho em diferentes períodos do capitalismo levou ao envolvimento de homens e mulheres em organizações radicais. Estamos preocupadas com as interconexões entre as relações sexo/gênero e a produção em diversas épocas e como isso afetou a consciência das pessoas. Queremos descobrir que tipo de movimentos socialistas e trabalhistas atraíram grandes contingentes de mulheres, ou excluíram-nas, e por que aconteceram. Indagamos se os socialistas imaginaram como mulheres e homens, homens e homens, mulheres e mulheres, crianças e adultos poderiam viver de um modo diferente. Como os socialistas vêem as relações pessoais na sociedade como um todo, nas suas próprias vidas e em suas organizações (ROWBATHAM, 1981, p. 65).

A entrada das mulheres na política, nesse sentido, pensando em uma formulação feminista que questiona a desigualdade entre homens e mulheres, provoca a reflexão sobre as contradições e antagonismos que permeiam a

sociedade como um todo e a própria classe trabalhadora. Uma das preocupações de Sheila Rowbatham ao revelar essas questões é problematizar a forma de organização dos partidos e da luta socialista como um todo. Ao indagar a relação entre o movimento socialista e o feminismo e se os socialistas estão pensando na reformulação das relações sociais, inclusive na dimensão pessoal, a autora provoca para perceber qual socialismo tem sido projetado e se nessa construção há espaço para as mulheres.

Romper com os limites do âmbito privado e ocupar a política são desafios constantes para as mulheres. Envolve superar ou driblar os encargos da jornada extensiva, intensiva e intermitente de trabalho³¹ (ÁVILA, 2009). Envolve problematizar o lugar que lhe é destinado e que lhe é ensinado desde criança que deve ocupar. Adentrar a política é estar em um ambiente historicamente dominado por homens, carregado por seus vícios, valores e relações constituídas com base no que aprendem que precisam ser também desde crianças: seres viris, dominadores e controladores. Assim,

Desde o princípio, as feministas disseram que algumas mudanças tinham de começar já, do contrário não haveria um início para nós. Isto não foi expresso imediatamente como uma posição teórica, mas como uma necessidade prática. Por exemplo, as mulheres no movimento estudantil de fins da década de 60 mostraram que a estrutura das reuniões impossibilitava a participação de quase todas as mulheres e de muitos homens. As mulheres que tinham filhos disseram: “Queremos creches nos encontros, de outro modo será impossível a nossa vinda” (ROWBATHAM, 1981, p. 138).

A estrutura das organizações políticas, pensada por homens e para homens, passa por alguns questionamentos com o envolvimento maior das mulheres feministas nesses espaços. Como formular uma proposta, um questionamento ou elaborar sobre algum assunto se está ocupada com o cuidado da criança? Por isso, a reivindicação das creches nas atividades políticas. Ainda são pertinentes outros tantos questionamentos. Como participar de uma reunião tarde da noite em cidades com pouca mobilidade urbana e em com alto índice de violência contra as mulheres? Qual o melhor modelo de reunião para que as mulheres participem? Coletivizar a decisão sobre os horários das reuniões, acordar tempo de duração, socializar as pautas com antecedência e organizar momentos de formação política são ações que

³¹ Conferir: ÁVILA, M. B. O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: UFPE, 2009 (tese).

podem contribuir na participação das mulheres. Alternância entre falas de homens e mulheres nas inscrições também, pode ser um incentivo para a fala pública. Isso porque

Para as mulheres, atitudes bastante não revolucionárias, como falar em uma reunião, escrever um panfleto, aderir a um sindicato ou mesmo a um time de futebol, imediatamente abriram outros temas mais amplos da autoridade. Questionam a relação das esferas pública e privada (ROWBATHAM, 1981, p. 123).

O fato é que o caminho a ser trilhado pelas mulheres até o exercício da política é permeado por obstáculos. É um movimento de sair de uma condição social e histórica. Implica que se proponha a pensar sobre assuntos que não é instigada a pensar, como economia, transporte, segurança e outros. Implica se lançar em um ambiente que é hostil, encarando estereótipos e designações como “desequilibrada” e “louca” quando se é muito firme. Exige ousadia e qualidade para propor e conquistar a confiança dos outros. É constantemente uma posição de enfrentamentos aos que falam mais alto querendo soar dominação. Nesse sentido,

Quando o movimento de mulheres começou, parecia que as ideias socialistas eram estranhas, porque foram feitas e definidas principalmente pelos homens. Parecia que o medo originava-se do fato de sermos mulheres. Isto, de modo geral, é verdadeiro numa cultura em que os homens ainda são dominantes, mas é necessário caracterizá-lo. A existência do movimento de mulheres afeta tanto os homens quanto as mulheres. Não se trata apenas da questão das ideias, mas da *relação* com elas (ROWBATHAM, 1981, p. 63).

Quer dizer, é estabelecer relação com o feminismo no sentido de avançar para inclusão de seu sujeito político – as mulheres -, de suas reivindicações, mas também de se propor a serem sujeitos coletivos na conformação de novas formas de se viver e relacionar. Referimo-nos a relações sociais interpessoais e estruturais. Ora, como nos ensina uma das insígnias do feminismo, “o pessoal também é político”. Logo, faz-se fundamental forjar coletivamente novos modos de vida, novas relações sociais sobre valores feministas, libertários e socialistas.

Estão os homens militantes socialistas dispostos e atuando por isso? Na verdade, o que está no fundo da discussão é o entendimento que a inclusão das mulheres nos assuntos públicos e na política não é uma questão especificamente delas. A desconstrução de práticas autoritárias e a construção de alternativas organizacionais e de vida é um problema dos socialistas,

comunistas ou, simplesmente, de quem se reivindica anticapitalista. Essa é uma questão do movimento pela transformação social, do movimento que se organiza na disputa por um mundo com justiça social e igualdade. Nesse sentido, Lenin afirma sobre as mulheres que enquanto “não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável” (LENIN, 1979, p. 101).

Contrário a esse pensamento, a realidade aponta que:

Mesmo no campo da “esquerda” encontramos não apenas resistências ao feminismo, como também posturas patriarcais que reforçam privilégios masculinos enquanto reproduzem opressões, desvalorização ou mesmo violência contra as mulheres. Não é incomum ouvirmos relatos de homens de esquerda que agrediram mulheres, piadas LGBTfóbicas, machistas e racistas. Por isso, é preciso pensar qual socialismo estamos construindo (CISNE, 2018, p. 213).

É o socialismo economicista ou é um projeto de sociedade libertário e contra todas as desigualdades? Os militantes de esquerda quando chegam em casa se aproveitam da divisão sexual do trabalho ou dividem as tarefas com as mulheres? Aceitam o “não” ou forçam relações sexuais? Se aproveitam de seus privilégios como homens para ser uma direção política ou contribuem para formação de quadros políticos de mulheres? Cisne (2018) alerta para casos corriqueiros dentro das organizações partidárias que revelam o nível de descomprometimento dos sujeitos com as pautas das mulheres, com posturas machistas como, por exemplo, na reprodução de piadas sexistas e chegando alguns, a serem agressores de mulheres, o que precisa ser denunciado e combatido.

Dito isso, vale tecer algumas reflexões. Entendemos que as organizações políticas são formadas por sujeitos que vivem as contradições de um mundo sexista e racista, é irreal/idealista imaginar que possa existir um partido (ou mesmo alguém) que não reproduza em nada as desigualdades e a ideologia dominante. Veja, esse é um entendimento para que os sujeitos “não se perturbem e nem fiquem a vontade”³². Não é no sentido da tolerância à opressão. É um entendimento para que os sujeitos saiam do conforto e caminhem na construção de um mundo novo, em que novas relações possam

³² Faço menção à música “Gota de sangue”, de Angela Ro Ro.

ser estabelecidas sem reprodução de opressão de fato. É um sentido de que as transformações estruturais e culturais exigem atitude histórica e em condições adversas.

Portanto, não estamos aqui construindo narrativas para se justificar opressão. Aliás, os grupos auto-organizados de mulheres nos partidos têm um papel importantíssimo nesses casos: trabalhar com autonomia aos homens uma política de combate ao machismo dentro das organizações, articulando formação política e medidas internas que julguem necessárias, desde afastamento do sujeito agressor à expulsão do partido.

O contrário do que explicamos é acreditar que nessa sociedade é possível construir um partido da classe trabalhadora sem homens que reproduzam o machismo, sem brancos que reproduzam o racismo e sem heterossexuais que reproduzam a LGBTfobia. Isso é projeção, é antecipação ideal de modelos societários e partidários. Numa sociedade ainda patriarcal e racista isso não se realiza e essa expectativa pode causar frustração na militância e desesperança nos partidos. Estamos querendo dizer apenas que a classe trabalhadora é machista e racista e os partidos vivem as contradições de seu tempo, não do tempo que almejamos.

A resistência às discussões feministas ora são mais escancaradas e ora são mais veladas: a depender do patamar que o feminismo conseguiu atingir. Assim, mesmo com alguns avanços, ainda é comum encontrar as discussões das mulheres como o último ponto de pauta da reunião ou como um tópico de um assunto geral no final do jornal do partido. A secundarização das discussões das mulheres também é uma forma de se reproduzir o machismo internamente e há diversas formas de se fazer isso. Veja o relato de Lenin em 1907 sobre a luta pelo direito ao voto:

Os Austríacos (Victor Adler, Adelheid Popp) aprovaram esta tática na luta pelo direito universal dos homens: para conquistar esse direito, consideravam porém inoportuno, na campanha de agitação, não incluir em primeiro plano a reivindicação do voto feminino. Os social-democratas alemães, em particular Zetkin tinha declarado na imprensa que em hipótese alguma deixaria na sombra a reivindicação do voto feminino, que os Austríacos tinham agido como oportunistas, sacrificando princípios por razões de conveniência, e que, longe de enfraquece-las, eles teriam ampliado a agitação e a força do movimento popular, se tivessem apresentado à mesma altura a reivindicação do direito de voto para as mulheres (LENIN, 1979, p. 57-58).

Apesar do relato ainda no início do século XX, nos dias atuais algumas pautas das mulheres ainda são flexibilizadas, negociadas ou “deixadas para um momento mais oportuno”. Questões mais polêmicas como a defesa da legalização do aborto, por exemplo, geralmente não são trabalhadas nem pelos partidos de esquerda durante o período eleitoral. Nesse sentido, a prioridade se torna a conquista de votos para a vitória eleitoral, e não a possibilidade de diálogo com a população sobre uma questão séria de saúde pública e de autonomia para as mulheres. Referindo-nos a organizações partidárias de esquerda e comprometidas com o feminismo, acreditamos que esses casos também são reflexos de revisionismo teórico e de princípios. Ora, qual deveria ser a prioridade de um partido de esquerda durante as eleições? Isso envolve formular sobre a finalidade de uma eleição para a transformação social: é ganhar as eleições a qualquer custo flexibilizando princípios, ou é expandir diálogos sobre as ideias socialistas e organizar novos sujeitos na luta política?

Ao mesmo tempo, o crescimento do feminismo tem conseguido se projetar em partidos políticos, movimentos sociais e na sociedade de uma forma geral. Ao menos para parte da esquerda, já há um constrangimento na propagação do machismo, o que não quer dizer que ele não exista ou que seja totalmente encoberto. Isso porque “Os movimentos de negros, de homossexuais e de mulheres têm trazido a crítica para mais próximo de casa, porque levantaram desigualdades realmente *dentro* de organizações [...]” (ROWBATHAM, 1981, p. 88; destaques da autora).

A auto-organização de mulheres nos partidos tem sido um instrumento fundamental para as mulheres construírem uma política feminista para a organização. São espaços com maior autonomia e que possibilitam que demandas comuns se encontrem e sejam potencializadas no coletivo, a partir da compreensão de como as desigualdades que vivem rebatem em semelhanças (e também diferenças por raça/etnia, sexualidade) entre as mulheres. Quer dizer, são momentos em que as mulheres formulam desde políticas internas (como programas de formação política feminista para membros do partido, cotas internas, encontros deliberativos, plataforma feminista para eleições e outros), como também estruturam suas principais reivindicações a serem incorporadas no programa do partido. O feminismo como um princípio partidário caminha para superar o sexismo que existe na

sociedade e na própria organização, pensando que “O movimento para a libertação das mulheres é parte da criação de uma sociedade em que não haja formas de dominação. Essa sociedade não pode ser separada de sua formação” (ROWBATHAM, 1981, p. 57).

Nos perguntar sobre a incorporação do feminismo pelos partidos de esquerda nos planos de governo das eleições de 2018 é tentar entender qual a leitura dessas organizações sobre a realidade das mulheres e o que têm sido formulado para o plano imediato e também para a construção de outro modelo societário. Como estão incorporando as mulheres e suas reivindicações? Isso é fundamental se pensarmos que “é impossível arrastar as mulheres para a política, sem introduzir na política as mulheres. Com efeito, sob o capitalismo, a metade feminina do gênero humano sofre uma opressão dupla” (LENIN, 1979, p. 106).

Nesse sentido, há particularidades na realidade de vida das mulheres a serem formuladas pelo movimento da classe trabalhadora. Questões que influenciam diretamente na identificação de mulheres trabalhadoras com a política e com os partidos. Influenciam, portanto, a sua possibilidade de construção de identidade de classe, sujeito protagonista de sua história e da revolução. Sem isso, a política se reduz a generalidades, distancia-se da análise da totalidade da vida social, não dá conta da diversidade humana e das diferentes formas de exploração, dominação e opressão do capital. Ora, isso é central se levarmos em conta que “A experiência de todos os movimentos libertadores atesta que o sucesso de uma revolução depende do grau de participação das mulheres” (LENIN, 1979, p. 109).

Por fim, ainda nas palavras de Lenin, “Esta luta será longa. Exige uma transformação radical da técnica social e dos costumes. Mas levará finalmente à vitória completa do comunismo” (1979, p. 105). Assim, o que orienta nossas reflexões nesse trabalho é que para se viver em um mundo sem desigualdade entre homens e mulheres novas relações precisam ser construídas, sob outras bases e outro modelo societário, em que não haja exploração e dominação. A luta pela libertação das mulheres, nesse sentido, é também a luta pela libertação de toda classe trabalhadora.

Capítulo 2: Planos de governo dos partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, qual o lugar do feminismo?

*A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado e não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
Ela é muitas se vocês quer saber
Pitty³³*

Após a discussão de conceitos e categorias teóricas importantes para nosso trabalho, neste capítulo apresentamos os resultados de nossa pesquisa documental. O capítulo está organizado em um tópico e três subtópicos.

Assim, no primeiro momento abordamos alguns aspectos da conjuntura brasileira atual identificando desafios para a esquerda feminista. O avanço do conservadorismo e a centralidade da família na organização da sociedade são elementos que ganharam destaque em nossa pesquisa. Nesse sentido, trabalhamos com conceitos e problematizamos os rebatimentos desse cenário retrógrado no país para a vida das mulheres.

Optamos ainda por acrescentar uma breve análise do plano de governo da candidatura eleita, ou seja, do plano de governo de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão. Quer dizer, mesmo que o objeto desta pesquisa seja o *feminismo no plano de governo dos partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018*, pensamos que identificar o que o plano de governo eleito disserta e propõe sobre a vida das mulheres acrescenta nas reflexões deste trabalho.

Explicado o caminho metodológico elaborado, a análise dos documentos selecionados para a pesquisa foi organizada em subtópicos. Portanto, a partir de um mesmo roteiro e de palavras-chave definidas, desenvolvemos a pesquisa em cada um dos planos de governo. Ao mesmo tempo, identificamos pontos em comuns e construímos algumas sínteses dos documentos.

³³ Trecho da música “Desconstruindo Amélia”, da cantora Pitty.

2.1 “Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”³⁴: aspectos conjunturais, conservadorismo e caminho metodológico

Entender o aumento da pobreza, da violência, do ódio e da verdadeira barbárie que tem se assentado em proporções avassaladoras no país é um desafio cotidiano. Desafio de se ler, de permanecer em alerta, de se interpretar e, ainda que em condições adversas, de reagir coletivamente. A miséria que se alastra não é só econômica, ela é de perspectiva de vida. Não à toa o suicídio se tornou a segunda principal causa de mortalidade de jovens³⁵.

Está em curso no país uma agenda ultraneoliberal e conservadora em diversas dimensões. São vários ataques que fazem o Brasil caminhar a passos largos para um país ainda mais submisso, autoritário e desigual: o anúncio da lista de privatizações com dezessete estatais; o incentivo ao empresariado para aumentar a exploração porque no Brasil, segundo o Presidente, os direitos trabalhistas são demasiadamente onerosos para os patrões³⁶; cortes nas áreas sociais, a exemplo da educação, que tem sido foco de ataques do governo Bolsonaro, a redução do valor das bolsas de pesquisa e extinção de milhares delas; a ignorância com dados de institutos respeitados como Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para legitimar o desmatamento e as queimadas; a contrarreforma da previdência; a militarização da vida e da educação, com Bolsonaro afirmando que “não tem de aceitar, tem de impor”³⁷ o modelo de escolas militares; a indicação do filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, à embaixada brasileira nos Estados Unidos da América (EUA), em um ato de nepotismo escancarado. Medidas que se somam ao “governo dos decretos”, que extinguiu, por exemplo, a Política Nacional de Participação Social e vários Conselhos de políticas e de direitos.

Diante desse cenário, é um desafio entender a atual conjuntura: requer leitura diária de jornais, de artigos acadêmicos e de opinião, debate coletivo,

³⁴ Trecho da música “Passeio no mundo livre”, de Chico Science.

³⁵ Dado da Organização Mundial de Saúde divulgado pelo site UOL. Conferir: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/09/09/suicidio-e-a-segunda-causa-de-morte-entre-jovens-de-15-a-29-anos-revela-oms.htm>>. Acesso em: 09/09/2019.

³⁶ Conferir: <<https://www.youtube.com/watch?v=VLLxBxN87ZE>>. Acesso em: 09/09/2019.

³⁷ Conferir: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-lanca-programa-de-escolas-civico-militares-fala-em-impor-modelo-23928920>>. Acesso em: 09/09/2019.

vida política, perspectiva teórico-metodológica crítica e conhecimento histórico. Como consequências, já sentimentos aumento do desemprego e das violências de uma forma geral, mas especialmente contra a população negra, LGBT, mulheres e indígenas.

Especificamente com relação às mulheres, o recente insulto de Bolsonaro à Brigitte Macron, atual primeira-dama da França, endossado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, demonstra a conduta sexista do Governo Federal brasileiro. Aliás, o próprio Presidente ratifica em vários de seus discursos, tal conduta, como quando se reconheceu na figura de Johnny Bravo³⁸, personagem típico “machão” de um desenho infantil: mora com a mãe, não trabalha, é tido como burro, vive insultando mulheres e sendo rejeitado por elas.

Com inúmeros ataques às mulheres, vale ainda lembrar que em setembro, o Itamaraty decretou censura até 2024 dos documentos sobre sua política de gênero, declarando sigilosos os documentos que explicam porque o Brasil não utiliza mais os termos “igualdade de gênero” e “educação sexual” na ONU. Ao mesmo tempo, o país disputa uma vaga no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o que evidencia que sua política não é só de retirar ou negar direitos e informações, mas de coibir e de imprimir retrocessos. Há uma agenda política conservadora organizada em curso pelo Planalto. Polêmicas que mostram às feministas brasileiras o tamanho dos desafios nos dias atuais. Por outro lado, não se pode esquecer o potencial político-organizativo das mulheres, posto que são as que mais rejeitam o governo.

Em relação ao movimento feminista, a Primavera Feminista e as manifestações que impulsionaram o “ele não” parecem sofrer com a desorganização e a fluidez da militância. A precarização das condições de vida, com empregos temporários, terceirizados, atividade informal ou mesmo o desemprego, também não podem ser desconsiderados quando se pensa os desafios organizativos das mulheres. Assim, se é verdade que vivemos um ascenso das ideias feministas, o que pode provocar a *consciência feminista*, o desafio é de construir a *consciência militante feminista*. Nesse sentido, explica-nos Cisne:

³⁸ Conferir: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/bolsonaro-se-comparou-a-johnny-bravo-um-tipo-patetico-e-bronco-que-trata-mal-as-mulheres.shtml>>. Acesso em: 09/09/2019.

Quando falamos, portanto, em consciência militante feminista, referimo-nos, primeiramente, à percepção da mulher como sujeito de direitos, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienações dela decorrentes, especialmente a ruptura com a naturalização da subserviência que lhe é socialmente atribuída. Apenas assim podemos chegar à dimensão coletiva da consciência militante que, para nós, é possibilitada pelos movimentos de mulheres (CISNE, 2018, p. 162).

A grande rejeição à candidatura de Bolsonaro e o protagonismo que as feministas assumiram contra sua eleição em 2018, foram reações às suas manifestações misóginas e conservadoras. Relembremos alguns episódios: o atual presidente afirmou que sua filha foi resultado de uma “fraquejada”³⁹, justificou salários inferiores às mulheres por causa do direito à licença maternidade e afirmou que não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT) porque ela “não merece”⁴⁰. Nos passos do avanço do feminismo e da *consciência feminista*, isso não é inteiramente tolerável na sociedade. A resistência organizada em manifestações expressa a desnaturalização da opressão às mulheres por algumas delas, mas a forma como esses atos públicos se diluem, escancaram o desafio de dar organicidade com movimentos feministas sólidos e articulados em ações unitárias.

O motor da nossa proposta de pesquisa é a conjuntura. Ela tem provocado o feminismo e as feministas todos os dias. Isso não quer dizer que desconsideramos aspectos históricos com relação às desigualdades entre homens e mulheres, ao feminismo, ao conservadorismo ou mesmo com relação aos partidos políticos e as eleições. Mas vejamos: a candidatura e, posteriormente, a eleição de Jair Messias Bolsonaro nos abre um novo cenário político no país, com novos desafios a serem enfrentados pelas mulheres. Dentre outros fatores, a ascensão de Bolsonaro ao maior cargo político do país, é expressão do crescimento da direita em nível mundial, potencializada pela eleição de Donald Trump nos EUA. A crise estrutural do capital (MESZAROS, 2002) provoca mudanças na dinâmica da luta de classes e hoje ainda tentamos assimilar a reorganização da direita e forjar a reorganização da esquerda.

³⁹ Conferir: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2017/04/bolsonaro-diz-que-teve-filha-mulher-por-fraquejada.html>>. Acesso em: 09/09/2019.

⁴⁰ Conferir: <<https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvljc>>. Acesso em: 09/09/2019.

Bolsonaro não se elegeu sozinho e um campo retrógrado e conservador ganha legitimidade e poder com sua vitória nas urnas. Por exemplo, no discurso de posse afirmou que “Vamos libertar o povo do socialismo e do politicamente correto”⁴¹. É um cenário que abre espaço para discursos e violências que vinham sendo questionadas por movimentos sociais. Basta lembrarmos da resposta do presidente do Partido Social Liberal (PSL) quando questionado sobre candidaturas laranjas de mulheres em seu partido. Em entrevista à Folha de São Paulo, Luciano Bivar, quando foi perguntado sobre a cota de 30% de mulheres nas candidaturas dos partidos, afirmou que considera “a regra errada”⁴², que é preciso “ir pela vocação” e que a política “não é muito da mulher”. Quer dizer, atribui a participação política dos sujeitos meramente à vocação, naturalizando as desigualdades entre homens e mulheres. Essa é a ideia de Bolsonaro em “libertar do politicamente correto”.

Assim, o pano de fundo do desenrolar de nossa pesquisa é um contexto de retrocessos, de avanço do conservadorismo e do apego a valores tradicionais – e até mesmo irracionais, dogmáticos, fundados na fé e não na razão. Ao mesmo tempo, vivemos acirramento da luta de classes e maior *consciência feminista*. Insistimos em destacar elementos conjunturais porque evidenciam as cores que têm sido pintadas no quadro do dia a dia da população, o que influencia nas discussões partidárias, na elaboração de plano de governo e na formulação das táticas para enfrentar os desafios.

Dessa forma, vale destacar que o conservadorismo moderno é, segundo Iamamoto,

[...] fruto de uma situação histórica específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista. É este, segundo Mannheim, o ambiente sociológico do conservadorismo moderno, isto é, do tradicionalismo tornado consciente como um ‘contramovimento’, oponente histórico das tendências da ilustração. [...] A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2000, p. 21-22).

Assim, o conservadorismo mantém vivos valores e instituições

⁴¹ Conferir <https://oglobo.globo.com/brasil/vamos-libertar-povo-do-socialismo-do-politicamente-correto-diz-bolsonaro-23339518>. Acesso em 01/09/2019.

⁴² Conferir <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml>. Acesso em 01/09/2019.

tradicionalistas que são pilares do capitalismo. É um pensamento que possui base material, histórica e, sendo conscientemente propagado, possui seus objetivos societários. É nesse sentido que se tem o reforço do modelo de família monogâmico burguês, a perseguição às expressões da sexualidade que não se encaixam na heterossexualidade, a defesa da sólida divisão sexual do trabalho e, com ela, da divisão de papéis sexuais na sociedade, e o apelo às explicações sobrenaturais e espirituais do cotidiano. São ideias que se fortalecem e se materializam em políticas públicas e práticas cotidianas que imprimem retrocessos à classe trabalhadora e, em especial, às mulheres. Por isso, “família” e “conservadorismo” são dois elementos importantes para nossa pesquisa. Ainda segundo Lamamoto (idem, p. 24),

[...] dentre as características do pensamento conservador, está a da apreensão da sociedade como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais [...] são valorizados, em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade.

A família é o local privilegiado para se ensinar os valores tradicionais aos sujeitos, reafirmando a moralidade burguesa como expressão das ideias da classe dominante. A verdade é que o reforço do modelo burguês de família e da tradição patriarcal aumenta a responsabilidade das mulheres com as tarefas no âmbito privado-familiar. Nesse sentido, vale dizer que com a divisão sexual do trabalho, “ao realizarem trabalhos domésticos não remunerados e ao serem amplamente responsáveis pelos cuidados com os filhos, as mulheres estão realizando funções que são essenciais para um funcionamento contínuo e uniforme do sistema capitalista” (VELOSO, 2001, p. 84). Por isso argumenta Engels (1979, p. 55), que a “A família individual moderna tem por alicerce a escravatura doméstica, dissimulada, da mulher”. Assim, diante da força que tem agregado os setores conservadores no Brasil, com a rearticulação da Marcha da família com Deus pela liberdade, a elaboração do Estatuto da Família (que exclui diversos formatos familiares não tradicionais), e o reforço da ideologia patriarcal como contraponto ao avanço do feminismo, nos deteremos também em nossa pesquisa documental às citações sobre família e

conservadorismo nos programas de governo, pois rebatem diretamente nas condições de vida das mulheres.

Para buscar responder ao nosso problema de pesquisa, que é *como os partidos de esquerda incorporaram o feminismo em seus planos de governo nas eleições presidenciais de 2018*, nosso caminho metodológico inicialmente, não previa contemplar o Partido dos Trabalhadores. Mesmo diante das nossas críticas à trajetória do PT e à sua degeneração da estratégia socialista, optamos por incluir a candidatura de Fernando Haddad (PT) e Manuela D’ávila (PCdoB) em nossa pesquisa. Justificamos a opção pelas particularidades das eleições de 2018: antipetismo sendo vinculado a anti-esquerda e unidade de setores de esquerda e progressistas no segundo turno em torno da candidatura do PT, por ser a única que ainda poderia derrotar Bolsonaro e evitar a vitória da extrema direita nas urnas.

Nosso material de pesquisa consistiu, portanto, nos seguintes documentos das eleições de 2018: i) plano de governo do primeiro turno da candidatura de Fernando Haddad (PT) e Manuela D’ávila (PCdoB); ii) plano de governo da candidatura de Guilherme Boulos (PSOL) e Sônia Guajajara (PSOL); iii) plano de governo da candidatura de Vera Lúcia (PSTU) e Hertz Dias (PSTU). Esses documentos estão disponíveis para download no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com os documentos em mãos e diante desses entendimentos, formulamos algumas palavras-chave e um breve roteiro para análise de nossos documentos. À luz de nosso problema de pesquisa, definimos como palavras-chave: i) “feminismo”, por ser nosso objeto de estudo diretamente; ii) “mulher”, por ser o sujeito do feminismo; iii) “gênero”, conceito que se expandiu nas discussões feministas e comumente é utilizado na formulação de propostas e nas análises da realidade das mulheres; iv) “família”, por ser central na divisão sexual do trabalho e pelo apelo conservador ao modelo patriarcal de família; e v) “conservador”, pelo avanço do conservadorismo e as ameaças que impõe à vida das mulheres. Elaboramos uma tabela (Quadro 01, p. 74) com a quantidade de menção de cada uma de nossas palavras-chave em cada um dos programas de governo selecionados. Nesse quadro, acrescentamos o plano de governo eleito a título de informação complementar.

Para análise dos documentos elaboramos um roteiro abordando as

seguintes questões: i) identificar a aliança das candidaturas; ii) identificar o slogan de campanha; iii) apresentar o conteúdo que envolve as palavras-chave citadas nos documentos; iv) e analisar a compreensão sobre a realidade das mulheres, bem como as principais propostas para esse segmento em cada um dos documentos.

Ao realizar a busca pelas palavras-chave nos programas de governo um elemento logo nos chamou atenção: o “feminismo” só é citado em um programa de governo, no da aliança PSOL/PCB, e apenas duas vezes. Veja no quadro 01:

Candidatura	Feminismo	Mulher	Gênero	Família	Conservador	Número de páginas
Fernando Haddad e Manuela D'Ávila	0	34	13	24	2	61
Guilherme Boulos e Sônia Guajajara	2	125	48	41	19	228
Vera Lúcia e Hertz Dias	0	4	0	2	0	5
Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão	0	1	0	14	0	81

Quadro 01: autoria própria.

Assim, mesmo que outros programas apresentem propostas para as mulheres, não é feita menção diretamente ao “feminismo”. Isso não nos leva a uma conclusão imediata de que não há incorporação do feminismo nos programas de governo estudados. Entendemos que é possível incorporar análises da realidade, princípios, reivindicações e formulações feministas sem citar diretamente o “feminismo”. Por isso, nossa pesquisa não se resume a esse termo. Ao mesmo tempo, é um resultado da pesquisa que nos instiga. “Feminismo” é sujeito coletivo, é movimento histórico. Logo nos perguntamos: por que não falar diretamente sobre esse sujeito coletivo nos programas de governo dos partidos de esquerda? Será que as organizações de esquerda, para além de pautas pontuais sobre as mulheres, não estão preocupadas com a organização política do feminismo?

São questionamentos que precisam ser entendidos dentro do caráter do documento que nos propusemos a estudar. Um programa de governo à

Presidência da República é uma plataforma política com leituras da realidade e propostas para enfrentar o que é diagnosticado por aquela candidatura. Certo que contém princípios inscritos em um projeto de sociedade, mas tem um propósito objetivo de formular para uma gestão, de pensar propostas no âmbito do executivo e apontar algumas diretrizes. Assim, é diferente de um programa partidário ou de resoluções políticas de um congresso. Essa pode ser uma justificativa para pouca menção do “feminismo” e maior abordagem de “mulher”, “gênero” e “família”, pensando objetivamente a vida da população, formulando políticas públicas para questões mais imediatas.

Ainda vale dizer que para algumas candidaturas apresentar um programa de governo é uma ação meramente protocolar, para cumprir exigências do jogo eleitoral. Afinal, as campanhas se concentram em redes sociais e materiais de campanha impressos que precisam ser muito mais convidativos e resumidos do que um programa de governo. Isso não retira a importância de se apresentar esse documento quando se candidata aos cargos executivos. É preciso entregar formalmente à sociedade um plano elaborado do que se pretende fazer em caso de vitória eleitoral. Por isso, todos os programas são encontrados facilmente no site do TSE.

Outra questão observada é a presença de “mulher” e “família” em todos os programas de governo. Analisaremos o conteúdo relacionado a essas palavras-chave mais a frente, mas vale o destaque para forte presença de “família” nos documentos. Para além das questões com relação aos modelos de família, adiantamos que isso nos indica certa centralidade das famílias na organização da sociedade e na formulação de políticas públicas, independente da concepção que se tem delas.

Ao mesmo tempo, no programa da candidatura eleita, nas oitenta e uma páginas escritas sobre a realidade brasileira e as propostas a serem desenvolvidas no executivo federal, destacamos uma única citação de “mulher”. Se tratando de um dos países com o mais alto índice de feminicídio e de violência contra as mulheres em suas diversas dimensões, essa é uma constatação que deve nos dizer algo também. Afinal, qual o comprometimento que essa gestão vai assumir no combate às desigualdades entre homens e mulheres?

Na única vez que o plano de governo de Bolsonaro e Mourão menciona

“mulher”, o fazem afirmando que é preciso realizar mudanças ideológicas para “combater o estupro de mulheres e crianças” (PSL; PRTB, 2018, p. 31)⁴³, apresentando em seguida um gráfico que aponta que mais de 50% dos estupros acontecem contra crianças, mas sem dizer dos dados da violência sexual contra as mulheres. Não apresenta, portanto, nenhuma análise fundamentada ou proposta concreta para superação das violências e desigualdades que afetam as mulheres.

A discussão sobre família apresentada pela candidatura eleita aborda, assim como nos outros programas, fundamentalmente a centralidade das famílias na organização da sociedade. Entretanto, diferente dos demais programas que analisamos, apresenta uma leitura explicitamente conservadora, atestando que “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (PSL; PRTB, 2018, p. 8).

Com o caminho metodológico apresentado, seguimos nas próximas páginas com nossa análise dos programas de governo apresentados nas eleições de 2018, pelo PT/PC do B/PROS, PSOL/PCB e PSTU.

2.1.1 O feminismo no plano de governo de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila

Iniciaremos pela análise do programa “O Brasil feliz de novo”, lançada pela coligação entre PT, PCdoB e PROS, apelidada de “O povo feliz de novo”. Uma coligação pequena, de poucas legendas. Isso tanto pelo cenário difuso das eleições, que contou com treze candidaturas ao Planalto, quanto pelo isolamento político que o partido vem sofrendo desde a articulação do golpe de 2016, coroada com a prisão arbitrária da sua principal liderança, o ex-presidente Lula, o que aumentava a probabilidade de derrota nas eleições.

Manuela D’Ávila, por exemplo, em uma tática para ganhar projeção, era pré-candidata ao Planalto pelo PCdoB até Fernando Haddad assumir a liderança da chapa e os partidos negociarem a composição. Aliás, a tentativa

⁴³ Plano de governo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” da candidatura de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, viabilizada pela coligação entre PSL e PRTB.

dos partidos, de uma forma geral, de incluir mulheres nas candidaturas como presidente ou vice, bem como os programas eleitorais direcionados às mulheres – da esquerda à direita -, são dois elementos que nos permitem analisar os rebatimentos do crescimento do feminismo nas eleições de 2018.

Incorporar as mulheres nas campanhas se tornou fundamental, seja por convicção, pressão ou mesmo pela mera questão da conquista de votos, por sermos maioria da sociedade e também pelos questionamentos que o feminismo tem causado. Bolsonaro, diante da rejeição que enfrentava desse segmento, lançou propaganda específica direcionada às mulheres. Geraldo Alckmin, por sua vez, produziu comercial de campanha mostrando vídeos de Bolsonaro agredindo verbalmente mulheres, numa tentativa oportunista de depreciar o candidato que estava à frente das pesquisas eleitorais.

Nesse sentido, a incorporação de Manuela D'Ávila à candidatura do PT foi providencial. Sua trajetória feminista e militante contribuiu para aumentar o diálogo com uma nova geração crítica que vem experimentando a política.

Vamos ao programa de governo de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila. Ele inicia afirmando que “Lula é uma ideia e agora um plano de governo” (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 4)⁴⁴. Esse foi o tom de toda a campanha, com menor intensidade no segundo turno: a vinculação forte ao ex-presidente Lula, afirmando que “Lula é Haddad e Haddad é Lula”, como soava uma das canções da campanha. Uma tentativa de agregar à candidatura de Haddad a popularidade de Lula, de manter sua figura viva e de alguma forma, ativa, mesmo que presa. A tática de manter Lula como candidato até seu registro ser indeferido, fez Haddad chegar atrasado na corrida eleitoral e a grande disseminação de ódio e *fake news* freou a carona na popularidade lulista.

Como o próprio *slogan* do primeiro turno anuncia – “O Brasil feliz de novo” – o programa de governo da chapa do PT, propõe resgatar algumas políticas e diretrizes dos governos Lula e Dilma como forma de recuperação da felicidade da população. Supõem, portanto, mesmo vivendo sua maior rejeição, que o retorno do partido à Presidência seria o retorno da felicidade do povo. Questionamo-nos: será que o antipetismo não deveria provocar um processo

⁴⁴ Plano de governo “O povo feliz de novo” da candidatura de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, viabilizada pela coligação entre PT, PCdoB e PROS.

de autocrítica no partido? Como o antipetismo, antes reverberado pela elite e pela classe média brasileira, alcançou as camadas mais pobres? Será que não existiram erros táticos e estratégico do partido? São questões importantes para se refletir quando se pensa na necessidade e na possibilidade histórica de unidade dos partidos progressistas.

O plano de governo afirma, portanto, que “O povo tem pressa de voltar a viver com a certeza do trabalho, do salário e da proteção da lei” (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 4). São duas ideias centrais que dão o tom e fundamentam análises e propostas diversas: o retorno de políticas das eras Lula e Dilma e a reconstrução da democracia no país. Assim apresentam seu programa:

Este Plano de Governo de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila propõe uma verdadeira **refundação democrática do Brasil** para recuperar a soberania nacional e popular, atingidas duramente a partir do golpe de 2016. Defendemos também um **projeto nacional de desenvolvimento** que enfrente a crise social e econômica que massacra nosso povo e um **novo período histórico de afirmação de direitos** dos trabalhadores das cidades, dos campos e das florestas, das mulheres, das juventudes, de negros, negras, indígenas, LGBTIs, espalhados pelas várias regiões desse país tão rico em diversidade (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 4; grifos do autor).

Quer dizer, é a defesa da democracia pela sua *refundação* pós-golpe de 2016 e a construção de um “*novo período*” de conquista de direitos para a população, destacando, inclusive, as mulheres. Aliás, acenam que “A busca da igualdade racial-étnica e de gênero balizará todas as políticas públicas, nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais” (PT, PCdoB; PROS, 2018, p. 19). Ou seja, é um programa de governo que entende que há desigualdade entre homens e mulheres e que essa questão precisa perpassar todas as suas ações. Mesmo antes de nos aprofundarmos na análise das palavras-chave, essa afirmação nos evidencia que há incorporação do feminismo no programa de governo do PT. É discutível se é uma incorporação suficiente, satisfatória, omissa em algum caso ou inteiramente coerente com o que anseiam os movimentos feministas. Pode-se debater sua perspectiva de feminismo, o nível de sua ação e pode-se concordar ou não com suas propostas. Há, no entanto, feminismo de forma incontestada neste programa. Vamos nos aprofundar.

O “feminismo”, como dito anteriormente, não é citado no programa de

Haddad. Mas o sentido do feminismo é articulado pelas palavras “mulher” e “gênero”, fundamentalmente. “Família”, apesar de citada vinte e quatro vezes (como mostramos no Quadro 01), não é utilizada em discussões que envolvam modelos de família ou opressão às mulheres diretamente. Indicam-nos mais a centralidade da família na formulação de políticas sociais e como uma organização central da sociedade. Aspecto que merece uma análise crítica, uma vez que essa concepção encontra base de sustentação no positivismo que, por sua vez, encontra-se articulado com o patriarcado:

Para os positivistas, a mulher constituía a base da família, a qual era pedra fundamental da sociedade. A mulher formava o núcleo moral da sociedade, vivendo sobretudo através dos sentimentos, diferentemente do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade (HAHNER apud ARY, 2000, p. 73).

Nesse mesmo sentido crítico, Mészáros (2002, p. 271) alerta para o entendimento da funcionalidade da família nuclear tradicional para o capital, ao afirmar que “não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores”.

Não queremos negar com isso, a importância das famílias, desde que sejam compreendidas no plural, na diversidade que representam e nas contradições que lhes atravessam, como as desigualdades e violências. Tampouco, podemos reforçar a concepção positivista de responsabilização das famílias (mais precisamente das mulheres) pelos problemas sociais, o que explica o caráter familista tão comumente empregado na proteção social neoliberal. Como nos ensina Mioto,

[...] a família, independente das formas ou modelos que assume, ainda é o espaço privilegiado na História da Humanidade onde aprendemos a ser e a conviver. É mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, mediando continuamente os deslocamentos dos limites entre o público e o privado, e geradora de formas comunitárias de vida. Tudo isso, sem desconsiderar-se que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente também por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (2004, p. 2).

O debate sobre as desigualdades no âmbito familiar nos remete à imprescindibilidade do trabalho não-pago das mulheres com o encargo das tarefas domésticas e no cuidado com os entes familiares, como a principal responsável pelo espaço privado dentro da lógica da divisão sexual do trabalho. Quando se propõe algo sobre o Bolsa Família, por exemplo, o que aparece diversas vezes nos programas de governo do PT e do PSOL, não se fala diretamente sobre as mulheres, mas tem rebatimentos concretos em suas vidas, considerando que são as maiores beneficiárias do programa. Por exemplo, o programa afirma que “O governo de Haddad vai incorporar as famílias em condição de pobreza sem acesso ao Bolsa família” (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 30).

Da mesma forma, “família” aparece relacionada ao Programa Saúde da Família: novamente, afirmamos que mesmo não remetendo diretamente às mulheres, quando elas são as principais responsáveis pelo cuidado e atenção à saúde da família, também falamos de suas obrigações e das tarefas que têm no dia-a-dia de cuidado com filhas(os), idosas(os) e companheiros (as)⁴⁵.

Com relação à palavra “conservador”, encontramos duas vezes no programa do PT, ambas como “conservadorismo”, indicando o “avanço do conservadorismo no cenário internacional, do autoritarismo na América Latina, do neoliberalismo e da intolerância no Brasil” (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 10). Assim, asseguram que o

[...] programa compreende a **cultura como um direito** de todas e todos e como um campo de luta pelas liberdades individuais e contra o racismo, o machismo, a LGBTIfobia, a intolerância religiosa e o avanço do conservadorismo no Brasil. A **defesa do livre pensar e da nossa diversidade** irá orientar todas as políticas do governo Haddad para a cultura (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 35; grifos do autor).

São alguns elementos que nos fazem afirmar que há incorporação do

⁴⁵ Sobre a apropriação do tempo das mulheres no capitalismo e, especificamente, na atenção à saúde, conferir FERREIRA, V. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. 2017. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

feminismo neste programa de governo. Tanto pela compreensão da cultura como um campo de disputa contra as opressões e, especificamente, contra o machismo, bem como pelo posicionamento de enfrentamento ao conservadorismo como uma ameaça aos direitos das mulheres.

Com relação ao “gênero”, há menção das mulheres, mas também há muita relação com as demandas da população LGBT, abordando as identidades de gênero. Já com a palavra-chave “mulher”, além de propostas e do diagnóstico sobre suas condições de vida, há também menções apenas para destacar esse segmento, realizando os recortes em textos generalistas.

Sobre a compreensão da realidade das mulheres, afirma o programa que:

Negros e mulheres, as duas grandes maiorias da população, bem como os povos indígenas e quilombolas, a “minorias esquecidas”, são os grupos sociais mais marginalizados por uma sociedade que se criou e se mantém racista e patriarcal. Assim, o combate ao racismo e ao machismo nas instituições e na sociedade brasileira terá papel estratégico para a construção de uma democracia que não se limite a formalidades (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 19; grifos do autor).

Quer dizer, o programa reconhece a desigualdade patriarcal e racista na sociedade brasileira. Caracterizam a realidade das mulheres como de marginalização da sociedade, fruto de relações patriarcais de dominação e desigualdade. Isso é um dado fundamental para responder ao nosso problema de pesquisa, pois essa percepção do programa de governo “O Brasil feliz de novo” é o que, ao menos em tese, deve fundamentar toda elaboração do documento. Ainda argumentam que:

As desigualdades vividas pelas mulheres se estruturam a partir de relações patriarcais e machistas que têm negado à mulher o seu desenvolvimento pleno. O governo Haddad retomará a **centralidade das políticas para as mulheres**, afirmando o protagonismo das mulheres no novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, por meio de políticas que promovam a autonomia econômica das mulheres, a **igualdade de oportunidades e isonomia salarial no mundo do trabalho**, bem como o incentivo à produção de ciência e tecnologia pelas mulheres. A aprovação da PEC das Trabalhadoras Domésticas foi fundamental e precisa ser consolidada (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 20; grifos do autor).

Ou seja, entendem que há desigualdades entre homens e mulheres na sociedade e que elas são resultado de relações patriarcais e machistas, sendo que o Estado deve assumir responsabilidades, a partir da elaboração de políticas públicas, para combater essa realidade. Por que dar centralidade às mulheres na formulação de políticas em diferentes áreas? O que foi projetado para a gestão de Haddad e D'Ávila com relação às mulheres? Há uma compreensão que as condições de vida das mulheres impossibilitam seu desenvolvimento pleno pelas marcas do patriarcado e do machismo, e essa se torna uma questão central para o programa de governo.

É esse entendimento que vai articular autonomia econômica, igualdade salarial, de oportunidades e incentivo à produção científica como propostas do plano de governo. Ainda na área do trabalho, propõem também “ampliar o valor e o tempo do seguro-desemprego para as gestantes e lactantes” (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 20). Incorporam, assim, reivindicações do movimento feminista centrais na dimensão do trabalho e da renda. Ora, a gestação e a maternidade impõem novas necessidades às mulheres, altera suas prioridades e seu cotidiano. Quem vai empregar uma mulher gestante em um contexto de tamanho desemprego? Uma mulher gestante tem a mesma mobilidade, disposição e condições objetivas e subjetivas que outros indivíduos para buscar emprego? A verdade é que os gastos aumentam ao passo que as condições para se procurar e conseguir emprego são dificultadas. Por isso, acertam e foram precisos na proposta.

O programa apresenta propostas em diferentes áreas. Não iremos citar todas, mas vale o destaque na íntegra para algumas formulações pela sua importância para o movimento feminista, como a que segue:

Fundado no princípio constitucional da laicidade do Estado, promoveremos a saúde integral da mulher para o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos e fortalecerá uma perspectiva inclusiva, não-sexista, não-racista e sem discriminação e violência contra LGBTI+ na educação e demais políticas públicas (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 20).

Apesar de citarem a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos a partir do fundamento da laicidade do Estado, não abordam a questão do aborto, seja na defesa da descriminalização, legalização ou mesmo com

relação aos desafios na garantia do aborto legal. Apesar dos permissivos legais consolidados para a realização do aborto no país, há inúmeras denúncias éticas e de violação de direitos com relação a essa prática polemizada pelo conservadorismo. Há um longo caminho a ser trilhado para se avançar na garantia do atendimento de mulheres que solicitam o aborto legal ou que dão entrada em hospitais por complicações resultantes de aborto ilegal e inseguro, o que deveria ser atendido a partir da humanização, como preveem as normas técnicas do Ministério da Saúde⁴⁶. Assim, apesar da menção aos direitos sexuais e reprodutivos, o programa de governo opta por ser omissivo em uma das principais pautas das feministas e da esquerda feminista: a defesa da descriminalização e legalização do aborto. Isso porque a criminalização de tal prática prejudica principalmente mulheres pobres, negras e residentes de países de economia periférica (CASTRO, 2017).

O 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que entre os anos de 2017 e 2018, o país registrou alta de 4% nos casos de feminicídio⁴⁷, sendo que 90,6% deles aconteceram por companheiros/ex-companheiros, parentes ou conhecidos. O Brasil ainda registrou recorde de casos de estupro em 2018: 180 pessoas foram violentadas por dia!

O combate à violência contra as mulheres é pauta consensual e emergencial entre movimentos feministas e de mulheres, independente da perspectiva que os orienta. Com relação a essa questão, afirma o programa de governo de Haddad que:

Serão retomadas e consolidadas as políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma para o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, por meio da integração e ampliação dos serviços e medidas preventivas de proteção e de atenção, como a Casa da Mulher Brasileira, e as promovidas pelo enfrentamento ao feminicídio, e com a Lei Maria da Penha (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 20).

Essa é a proposta que o plano de Haddad apresenta para combater a

⁴⁶ Vale conferir: Norma Técnica Atenção Humanizada ao Abortamento e Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, ambas do Ministério da Saúde.

⁴⁷ Conferir: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>>. Acesso em: 11/09/19.

violência contra as mulheres. Não propõem nenhuma medida objetivamente, apenas o retorno de políticas dos governos anteriores do PT e o reforço da Lei Maria da Penha. Entretanto, é importante o destaque feito para a prevenção como proteção às mulheres. Essa é uma das lacunas na implementação da Lei Maria da Penha, uma das principais conquistas recentes do movimento feminista.

Ocupação de cargos importantes e ampliação da participação política são outras demandas no campo da representatividade e da autonomia das mulheres. A eleição de Dilma Rousseff não significou grandes avanços nas políticas para as mulheres e no combate ao conservadorismo. Ao mesmo tempo, a ocupação do mais alto cargo político por uma mulher em um país com forte marca patriarcal em sua formação sócio-histórica, é simbolicamente importante. Mostra que é possível as mulheres assumirem protagonismo e liderança. É pedagógico para as novas gerações que podem se formar com o exemplo de uma mulher na condução de uma nação, mesmo com todas as críticas que podem e devem ser feitas à sua gestão.

A composição do nosso parlamento expressa a desigualdade entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, o contraditório entre crescimento do feminismo e do conservadorismo. Assim, se é verdade que a “bancada da bíblia” tem ganhado força, as mulheres têm se eleito mais, saindo de 55 deputadas para 77, representando o ainda baixo índice de 15% do novo Congresso. A obrigatoriedade da indicação de pelo menos 30% de mulheres nas chapas dos partidos certamente é um elemento que contribuiu para esse aumento das parlamentares, mas persiste o desafio de se fazer crescer e de transformar esses mandatos de mulheres em mandatos feministas.

O programa de Haddad e D’Ávila propõe uma “ampla reforma política com participação popular” (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 13) e argumentam que:

Historicamente, preconizamos a fidelidade partidária, o sistema eleitoral proporcional e a adoção do voto em lista preordenada. São medidas para fortalecer os partidos e reduzir os custos das campanhas e enfrentar a sub-representação da classe trabalhadora no Congresso. Defenderemos também a adoção da **paridade de gênero** e de cotas de **representatividade étnico-racial** na composição das listas, para enfrentar sub-representação de mulheres, indígenas, negros e negras (PT; PCdoB; PROS, 2018, p. 13; grifos do autor).

As listas preordenadas são listas elaboradas pelos partidos com a indicação de candidatas e candidatos para o Legislativo. Nesse formato o voto seria na lista do partido, e não em pessoas diretamente. O programa de Haddad argumenta que a lista preordenada pode fortalecer os partidos e facilitar o financiamento público de campanha como a única forma de financiamento. Ora, é muito mais oneroso financiar milhares de candidatas (os) dispersos do que uma certa quantidade de partidos. Mais uma vez, percebemos também o reconhecimento do patriarcado e do racismo como algo a ser enfrentado, nesse caso, por meio da defesa e implementação das cotas e paridade de gênero.

O programa da candidatura do PT traz pelo menos sete propostas⁴⁸ para as mulheres, contemplando ainda: a recriação de uma pasta específica para as mulheres com *status* de ministério; aumento da presença das mulheres em cargos do Poder Executivo; ações de saúde especificamente para mulheres; expansão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para fortalecer a proteção social às mulheres; garantia de investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual com políticas afirmativas para as mulheres; titularidade prioritária das mulheres na demarcação de terras indígenas; e a tomada de crédito por mulheres produtoras por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (PT; PCdoB; PROS, 2018).

Propostas que fundamentadas pela compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, tentam articular saúde, autonomia, participação política, cultura, inclusão e melhores condições de vida para as mulheres. Portanto, concluímos que há feminismo no programa de governo “O Brasil feliz de novo”. Com a histórica participação das mulheres do PT na construção do movimento feminista no Brasil, poderiam ter avançado na inclusão de reivindicações centrais e polêmicas, como a questão do aborto. Mas o fato é que a centralidade das eleições para o partido tensiona o que se pode e o que não se pode defender publicamente por uma candidata (o), pois pode custar uma derrota eleitoral.

⁴⁸ Preferimos não precisar o número exato de propostas por dois motivos: o primeiro é que nossa pesquisa se concentrou na busca pelas palavras-chave; o segundo é que é passível de interpretação o que se constitui como proposta, podendo se ter uma leitura ampliada de proposições para além de propostas objetivas.

2.1.2 O feminismo no plano de governo de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara

A candidatura “Sem medo de mudar o Brasil”, de Boulos e Guajajara, ambos filiados ao PSOL, já indica desde o *slogan* a relação com a Frente Povo Sem Medo. Fundada em 2015 e sem a pretensão de ser uma frente revolucionária, é composta por setores progressistas, de esquerda e tem agregado força em agendas conjuntas de lutas ao longo desses anos. Uma experiência importante de unidade de partidos, sindicatos, movimentos e outras organizações políticas que reverbera na candidatura de Boulos, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e um líder da Frente, que teve papel central no diálogo com diferentes forças políticas do país. O plano de governo é assim apresentado:

O programa de governo da aliança que envolve PSOL, PCB, MTST, APIB, Mídia Ninja e vários outros movimentos sociais tem objetivo de apresentar uma nova esperança para o Brasil, um projeto de país e de nação soberana, democrática, igualitária, revertendo o caos atual de aprofundamento das desigualdades sociais, do medo e da desesperança (PSOL; PCB, 2018, p. 1)⁴⁹.

A aliança formalmente entre PSOL e PCB, amplia-se para outros movimentos sociais. Destacamos a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que formula para o programa de governo e tem Guajajara cumprindo um papel histórico no país: uma mulher indígena disputando a eleição como candidata a vice-presidente. Nos palanques, debates, entrevistas, reportagens e no programa de governo ecoaram vozes indígenas historicamente massacradas e aniquiladas da política no Brasil, o que atesta o crime de genocídio dessa população praticado pela classe dominante.

Interessante também como o contexto de descrédito na política e a falta de perspectiva de vida das (os) brasileiras (os) provoca o programa a se colocar como uma nova esperança. Para isso, defendeu a soberania nacional, a democracia e o combate às desigualdades sociais. Apontamentos muito

⁴⁹ Plano de governo “Vamos sem medo de mudar o Brasil” da candidatura de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara, viabilizada pela coligação entre PSOL e PCB.

próximos ao plano de governo do PT, com a diferença de se colocar como “a nova esperança”, e não como um instrumento para reconstruir a esperança com a volta das políticas nos governos de Lula e Dilma, como fez o programa de Haddad e D’Ávila.

Segundo o documento – que é extenso, tem duzentas e vinte e oito páginas -, ele foi construído

[...] a muitas mãos, de forma coletiva. Foram 17 Grupos de Trabalho, com quase 300 pessoas de movimentos sociais e da intelectualidade, para formular um programa que, sem perder a totalidade do projeto de país, fizesse um diagnóstico e um conjunto de propostas para cada um dos temas onde estão as demandas mais sensíveis do povo brasileiro (PSOL; PCB, 2018, p. 3).

Diante da discussão que fizemos no primeiro capítulo sobre recuperar o sentido dos partidos como organizações que estruturam debates e formulam projetos de sociedade, além de articular as diversas lutas e reivindicações da classe trabalhadora, chamamos atenção para o esforço de PSOL e PCB em criar esse espaço diverso de acúmulo coletivo para um programa. Ao mesmo tempo, distanciamos-nos de análises mecanicistas que desconsideram contradições que existem em todo processo político. Assim, destacar o esforço dos partidos coligados nesta candidatura não é afirmá-lo como um processo perfeito e como a única candidatura que mantém o sentido do partido que debatemos e defendemos. Até porque nossa pesquisa é documental, tem suas limitações de tempo e não nos aprofundamos em como foi a elaboração dos programas de governo. Esse não é nosso objeto. Nosso objeto é o que aparece do feminismo nos planos apresentados pela esquerda.

Vamos às palavras-chave. Assim como no plano de Haddad, “família” é abordada majoritariamente pela centralidade da família na organização da sociedade e na formulação de políticas. Entretanto, no plano de Boulos aparece também: a diversidade de famílias, defendendo “Os mesmos direitos para todas as famílias” (PSOL; PCB, 2018, p. 64), citando as famílias LGBT, sem terra, assentadas e indígenas; e a crítica à defesa de família pela perspectiva do conservadorismo. Quer dizer, o programa do PSOL/PCB destaca essas várias famílias que existem e contrapõe o argumento do conservadorismo de defesa das famílias tradicionais como as únicas possíveis.

Em um contexto de proposição do Estatuto da Família a defesa do PSOL e do PCB é primordial. O referido estatuto, além de não reconhecer as famílias homoafetivas - que crescem em registro a partir da recente conquista do direito ao casamento civil por casais homossexuais - também ignora a existência de famílias monoparentais. Assim, as famílias compostas por mãe e filha (o) ou avó e neta (o) não são tidas como família. Apenas o modelo tradicional de pai, mãe e filha (o).

O programa desenvolve a ideia de construção de um modelo de democracia direta e argumenta que para isso é necessário que as (os) trabalhadoras (es) tenham mais tempo livre para participar da política e formular sobre os assuntos da coletividade e da vida pública. Nesse sentido, problematizam que

O tempo livre é um dos elementos da arquitetura da democracia direta. É preciso pensar em mecanismos como a garantia da mobilidade, mas também a diminuição da jornada de trabalho pago e não pago, consequentemente mecanismos de socialização desse trabalho, para a produção de tempo livre (PSOL; PCB, 2018, p. 23).

Apesar de não mencionar diretamente a divisão sexual do trabalho, o programa fala da necessidade de socialização do trabalho não-pago, a exemplo do encargo das mulheres com o trabalho doméstico. Essa é uma questão central e pauta fundamental do feminismo: a divisão com os homens das tarefas domésticas e do cuidado com a família, bem como a responsabilização da sociedade e do Estado com alguns afazeres. É nesse sentido que o plano, em sintonia com movimento feminista, vai defender o desenvolvimento de “formas organizativas cidadãs, cooperadas e locais da vida coletiva/comum a partir de uma política de subsídio: refeitórios e cozinhas comunitárias” (PSOL; PCB, 2018, p. 26).

Em relação à palavra “conservador”, ela aparece fundamentalmente em três sentidos: i) como uma contextualização do avanço do conservadorismo no mundo e no país, com os “novos nacionalismos” (PSOL; PCB, 2018, p. 224) antidemocráticos; ii) como constituição de um grupo político no Brasil, expresso em uma bancada parlamentar e também “tendo Jair Bolsonaro como um de seus perigosos expoentes (PSOL; PCB, 2018, p. 63); iii) como a negação de

direitos é um rebatimento grave da atuação desse grupo político conservador no Brasil, prejudicando principalmente a população negra, LGBT e as mulheres. É nesse sentido, segundo o documento em análise, que apresentam “um perfil de programa anti-sistêmico, popular, radical e que combata o conservadorismo” (PSOL; PCB, 2018, p. 2).

Em comum com o programa do PT, apontam que após o golpe de 2016, “há uma lógica opressiva e repressiva de extermínio nas periferias urbanas contra os mais pobres, jovens, negros, mulheres, LGBTI” (PSOL; PCB, 2018, p. 1).

O programa de Boulos e Guajajara é o único a mencionar diretamente “feminismo” e o faz por duas vezes. Em uma delas afirma que:

Quando abordarmos as demandas das pautas de opressões, estaremos falando da maioria da classe trabalhadora brasileira. Não estaremos tratando “apenas” e separadamente do feminismo, da luta da negritude, das reivindicações do movimento LGBTI, ou seja, elementos transversais e estruturantes das desigualdades e dominação no Brasil. Trata-se de um profundo acerto de contas histórico que um novo programa de esquerda tem que fazer com a herança do genocídio negro e indígena, da escravidão e da opressão (PSOL; PCB, 2018, p. 2-3).

O “feminismo” é utilizado em sentido amplo, abarca lutas e reivindicações feministas. Se aproxima do que definimos como o estudo do feminismo em nossa pesquisa, quer dizer, como tudo o que se refere à superação das desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Importante destacar a perspectiva que o programa assume, afirmando que o feminismo diz sobre relações que compõe a estrutura de desigualdades e dominação no país. Diante da visibilidade que se tem alcançado, há um guarda-chuva que abarca diferentes orientações teórico-metodológicas nas discussões sobre as mulheres. De qual feminismo falamos? Essa é uma questão fundamental para a esquerda feminista e um desafio a ser disputado: qual o sentido do feminismo que tanto cresce?

O programa faz uma abordagem histórica da luta contra o racismo no país. É nesse contexto que menciona “feminismo” pela segunda vez, contando que no “final dos anos 1980 são organizados encontros nacionais da mulher negra, fortalecendo a corrente do feminismo negro” (PSOL; PCB, 2018, p. 38).

Segundo Sueli Carneiro (2003, p. 129), “Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil”.

Enegrecer o feminismo, assim, tem provocado as mulheres a desconstruírem uma visão universalizante de mulher e perceberem o racismo como elemento estruturante das desigualdades no país. Por isso, é necessária a formulação de políticas específicas para mulheres negras. Esse avanço organizativo e de intervenção das mulheres negras tem conquistado espaços importantes: tanto em perspectiva teórico-metodológica e produção de conhecimento, quanto em atuação política, com “Marielles” assumindo protagonismos ainda jovens.

“Gênero”, assim como no programa de Haddad e D’Ávila, é utilizado para se referir às mulheres, mas principalmente para dissertar sobre a realidade e as demandas da população LGBT. Também similar ao programa do PT, “mulher” é citada inúmeras vezes apenas para destacar esse segmento, a exemplo de quando argumentam que:

A fundamentação deste programa será a da centralidade na luta contra a desigualdade e por direitos, nas demandas de mulheres, negros e negras, LGBTI, pessoas com deficiência, indígenas e num outro modelo de desenvolvimento consistente e coerente com esta natureza programática. Será transversal nas suas demandas para buscar uma totalidade para um projeto de nação (PSOL; PCB, 2018, p. 2).

Utilizam, portanto, o momento da eleição como uma oportunidade para agregar diferentes setores e construir um projeto de país. Esse projeto perpassa, centralmente, a luta por direitos e o encontro das diversas lutas contra as desigualdades - como a das mulheres, população negra, LGBT e demais segmentos da classe trabalhadora - na perspectiva de envolver a totalidade da vida social.

O programa de Boulos e Guajajara apresenta diversas propostas para as mulheres em áreas distintas como política, trabalho, violência, saúde, LBT, educação e cultura. São pelo menos vinte e três proposições. Vamos destacar mais algumas.

No âmbito do trabalho, a partir do entendimento que

A dicotomia entre mundo produtivo e reprodutivo e a falta de reconhecimento da sobrecarga de trabalho doméstico realizado pelas mulheres oculta uma relação de profunda desigualdade no mercado de trabalho em que as mulheres estão confinadas às piores condições de trabalho e segregadas nas ocupações pouco valorizadas socialmente. Além disso, a herança escravocrata brasileira faz com que mulheres e homens negros sejam discriminados e designados para os piores serviços, com poucas chances de progressão na carreira ou de ascender a uma condição mais favorável [...] (PSOL; PCB, 2018, p. 146).

Isso implica pensar nas dimensões da produção e reprodução social, aqui compreendidas como processos indissociáveis, mutuamente determinados e constitutivos da totalidade da vida social, marcados ainda pela divisão social, sexual e racial do trabalho (FERREIRA, 2018). Nesse sentido, propõe o desenvolvimento de políticas que garantem igualdade salarial para mulheres, negras (os) e LGBT (PSOL; PCB, 2018, p. 146). Afirmam compromisso, assim, com a valorização de trabalhadoras (es) que vivem hoje na precarização, ocupando os postos de trabalho terceirizados, temporários ou mesmo estão em atividades informais e desempregadas (os).

Ainda propõe que “a atual “licença maternidade” seja transformada em “licença parental”, permitindo que cada casal administre a distribuição do tempo, sem distinção legal entre pai e mãe ou por orientação sexual e/ou identidade de gênero” (PSOL; PCB, 2018, p. 65). Uma proposta interessante, que quando deixa aberta a possibilidade do casal distribuir sua licença quer provocar maior responsabilização dos homens na criação de novos seres e dar autonomia às famílias. Ao mesmo tempo, inclui casais homossexuais exatamente porque eles rompem a divisão de licença maternidade e paternidade como licenças que contemplam uma família. Entretanto, diante da dominação patriarcal e da condição submissa a que muitas mulheres se encontram no seio da família, é uma proposta que deve ser pensada em seus pormenores para que os homens não se apropriem dela como mais um instrumento de poder sobre as mulheres. O que queremos problematizar é que há dificuldades em se projetar acordos consensuais na divisão desse tempo de licença quando não há igualdade entre homens e mulheres.

Com relação à política, o programa propõe Reforma Política com

algumas especificidades para as mulheres. Similar ao plano de Haddad e D'Ávila, defendem o voto em lista preordenada, mas avançam com relação ao programa do PT quando pensam essa lista “com alternância de gênero” (PSOL; PCB, 2018, p. 29). Avança porque é diferente de se indicar por paridade. A alternância, além da paridade, garante prioridade. Assim, esse formato permitiria maior eleição de mulheres, com cada partido tendo que indicar ao menos uma mulher a cada homem eleito.

Diante do contexto de descrédito e perseguição aos partidos políticos, bem como da baixa ocupação por mulheres de cargos importantes nos partidos, o plano formula pela “Democratização dos partidos: eleições internas com cotas para mulheres e negrxs (com financiamento partidário, justo, transparente e igualitário)” (PSOL; PCB, 2018, p. 29).

A seção sobre as mulheres do programa de Boulos e Guajajara tem como título “É pela vida das mulheres” (PSOL; PCB, 2018, p. 53). Esse é a chamada que entoa os movimentos de mulheres no país diante dos números alarmantes de feminicídio e de outras violências que sofrem. Aliás, o plano de governo do PSOL indica que o feminicídio “atinge principalmente as mulheres negras, que tem taxas de violência 71% maiores do que entre as mulheres brancas” (PSOL; PCB, 2018, p. 48).

Na formulação de propostas, afirmam que vão combater todas as formas de feminicídio. Para isso, partem da compreensão que

A Lei Maria da Penha é um instrumento importante de luta. Mas é necessário valorizar os seus dispositivos de educação para a equidade, prevenção à violência e assistência às vítimas. O primeiro ciclo de interpretação da lei deu ênfase ao dispositivo penal e carcerário. É preciso agora investir na formação de policiais e juízes para lidar com as violências advindas da desigualdade de gênero. E é igualmente necessário desenvolver as políticas e os equipamentos assistenciais e de cidadania que podem efetivamente permitir às mulheres sobreviver e superar relações violentas, sem colocar todas as fichas no punitivismo e no encarceramento. O mais importante é colocar o foco em proteger vidas e transformar relações, estimulando e incorporando as conquistas e os saberes oriundos da auto-organização das mulheres. Não podemos ter uma política que pense apenas no que fazer depois que as violências já ocorreram (PSOL; PCB, 2018, p. 113-114).

Assim, pensando nas lacunas da implementação da Lei Maria da Penha e em demais dispositivos que precisam ser efetivados, defendem a criação de

um Pacto Nacional de combate à violência contra as mulheres com destinação de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) para essa política. Ainda propõe Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher com funcionando ininterrupto durante os sete dias da semana, patrulhas para visitas às residências de mulheres em situação de violência e “Centros de referências de atendimento à mulher em cada região do país, em todas as cidades” (PSOL; PCB, 2018, p. 58).

Há outras duas ações pensadas com incidência direta na questão da violência que vale o destaque: uma é “Promover a inclusão de mulheres trans na lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e desenvolver uma política nacional de prevenção da violência e dos crimes de ódio contra a população LGBTI” (PSOL; PCB, 2018, p. 67). A outra é a proposta de reorientação da ação policial, considerando que “Enfrentar a violência contra as mulheres requer técnicas e expertises diferentes” (PSOL; PCB, 2018, p. 106).

Com relação às mulheres LBT, é proposto capacitação de profissionais para atender as particularidades desse segmento e a criação de “uma linha de cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais” (PSOL; PCB, 2018, p. 74).

A questão do aborto, uma das principais pautas e talvez a mais polêmica do movimento feminista, é problematizado no programa a luz de dados de mortalidade e de saúde pública. Assim, identificam que

O IBGE estima que 7,4 milhões de brasileiras já fizeram pelo menos um aborto. A OMS (Organização Mundial de Saúde) fala em cerca de 1 milhão de abortos inseguros feitos por ano e estima que a cada dois dias morre uma mulher por causa de aborto no Brasil, num cenário de subnotificações por se tratar de uma atividade ilegal exceto em caso de risco de vida à mãe, anencefalia e estupros. O aborto é o quinto maior causador de mortes maternas no Brasil, sendo que mulheres negras tem o dobro de chances de vir a óbito. Faltam hospitais da mulher e maternidades, atendimento adequado, programas de planejamento familiar que consigam dialogar com a realidade das mulheres. Importante ressaltar que o tema também influi diretamente a vida de pessoas transmasculinas, porém a quantificação em dados do impacto da criminalização do aborto na vida deste setor da sociedade é inexistente por conta da transfobia estrutural (PSOL; PCB, 2018, p. 56-57).

A questão do aborto deve ser pensada em diversas dimensões. Primeiro

é preciso problematizar o que está por trás de todo abortamento: gravidez indesejada ou gravidez inoportuna. Esse é um primeiro passo para se diminuir o número de abortos. Por que indesejada e/ou inoportuna? Portanto, Planejamento Familiar, métodos contraceptivos e garantia de melhores condições de vida para as mulheres devem estar em um plano para se diminuir a ocorrência de aborto. Entretanto, não há a ilusão de que um dia será possível acabar com tal prática, que é algo comum e antigo entre mulheres (CASTRO, 2017). Isso porque as mulheres abortam independente da criminalização e das orientações religiosas. Dessa forma, o resultado de tal criminalização são milhares de mortes por ano no mundo, para além das tantas outras que carregam nos ombros a culpa de algo considerado um horror ou ficam com sequelas de um procedimento mal feito que pode impossibilitar ou dificultar novas gestações.

De antemão, o que cabe aos governos é garantir atendimento humanizado e de qualidade em todas as cidades do país na rede de saúde pública para os casos permitidos pela lei, assim como para atendimento de mulheres que têm complicações oriundas de abortamento ilegal. A insistência na política de humanização é fundamental diante das objeções de consciência, das denúncias feitas à polícia por usuários, familiares e profissionais, bem como das violências sofridas como forma de penalização das mulheres (CASTRO, 2017).

Nesse sentido, o programa de Boulos e Guajajara apresenta diversas propostas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, dentre elas: a defesa da descriminalização e legalização do aborto; desenvolvimento de programas de planejamento familiar; atendimento de aborto legal em toda a rede de saúde pública; e programas de educação sexual como prevenção.

Fundamentado no entendimento que “o passado do país se constitui em torno da colonização, da escravidão, do patriarcado e da dominação de classe” (PSOL; PCB, 2018, p. 34), o programa do PSOL ainda apresenta outras diversas propostas, como: paridade de gênero em diferentes instâncias e cargos; ações de combate ao preconceito na política de assistência social e atenção específica às mulheres; planos de geração de emprego para mulheres; editais da cultura com atenção especial às mulheres e outros segmentos marginalizados; incentivo ao esporte e combate às formas de inferiorizar o

corpo das mulheres; e ampliação e universalização do acesso a creches (PSOL; PCB, 2018).

Fica evidente a incorporação do feminismo no plano de governo do PSOL. É um programa amplo, com inúmeras propostas e uma leitura da realidade que abarca a totalidade da vida social, pensando as principais questões da classe trabalhadora em sua universalidade e também as particularidades de cada segmento. Com toda a necessidade que as críticas sejam tecidas à organização partidária, a postura eleitoral e o plano de governo apresentado por essa candidatura, corresponderam a uma perspectiva feminista. O que não quer dizer que o caminho está feito, mas certamente que os passos estão sendo dados.

2.1.3 O feminismo no plano de governo de Vera Lúcia e Hertz Dias

O plano de governo do PSTU é o mais curto, com apenas cinco páginas e não houve coligação. Não aprofundam em nenhuma análise e nem apresentam propostas objetivas. Na verdade, o documento é uma análise de conjuntura, com recuperação de alguns elementos históricos que marcam a formação do país.

No programa há a argumentação que em 2018, “São várias candidaturas, mas, de um ou outro jeito, contam com o mesmo projeto: continuar gerindo o capitalismo que condena milhões à fome e ao desemprego” (PSTU, 2018, p. 1)⁵⁰. Assim, apresentam-se como a única candidatura de fato de esquerda no cenário das eleições presidenciais de 2018.

Como abordado anteriormente, no documento constam duas vezes “família” e quatro vezes “mulher”, não tendo nenhuma menção, portanto, às palavras “gênero”, “feminismo” e “conservador”.

Com relação à família, as duas abordagens são generalistas, na mesma ideia que aparece majoritariamente nos programas do PT e do PSOL, quando “família” é citada apenas por sua centralidade na sociedade e nas políticas.

⁵⁰ Plano de governo “Um chamado à rebelião” da candidatura de Vera Lúcia e Hertz Dias, do PSTU.

Problematizam, por exemplo, que “milhares de famílias se veem obrigadas a voltar a cozinhar a lenha e a fome afeta mais de 10 milhões de brasileiros” (PSTU, 2018, p. 1). Aliás, uma questão que afeta diretamente as mulheres, já que são maioria das trabalhadoras domésticas e as principais responsáveis pela alimentação da família. Dimensão não analisada pelo programa.

O programa é organizado em dezesseis pontos temáticos. Um deles, o décimo quinto, é o que aborda as questões sobre as mulheres. Intitulado “Pelo fim de toda a opressão! Contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a xenofobia” (PSTU, 2018, p. 4), a forma como a discussão foi organizada nos remete aos tempos em que o feminismo, o antirracismo e a LGBTfobia começaram a aparecer nas discussões da esquerda: sempre juntando os três assuntos e destinando o final dos materiais, dos jornais, dos vídeos ou das falas públicas para “o combate às opressões”. O programa se deteve pouco às discussões sobre as mulheres e a fez basicamente no espaço do ponto quinze do documento. Quer dizer, as desigualdades vivenciadas pelas mulheres não são analisadas em seus rebatimentos sobre emprego, previdência, educação, saúde, campo, etc. Há um lugar específico para se falar rapidamente sobre as mulheres.

São críticas que precisam ser pensadas compreendendo que o PSTU não imprime grandes esforços nas eleições. Entretanto, as mulheres do partido, em 2008, fundam o Movimento Mulheres em Luta (MML), que tem acumulado sobre as questões feministas da classe trabalhadora. Não poderia, portanto, ter mais feminismo nesse plano de governo? Não acreditamos que a formulação do partido seja rasa da forma como aparece no programa de 2018.

O plano de Vera Lúcia e Hertz Dias afirma que “a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil” (PSTU, 2018, p. 4) e que muitas “morrem vítimas do aborto clandestino” (PSTU, 2018, p. 4). Argumentam que “Esses números são produtos da exploração, da desigualdade e da opressão imposta pelo capitalismo” (PSTU, 2018, p. 4).

Assim, diante desse diagnóstico, colocam-se no combate a “todo tipo de violência contra à mulher; por igualdade de direitos e salários; aborto livre, público e gratuito” (PSTU, 2018, p. 4).

Nesse sentido, a candidatura que carrega o *slogan* “Um chamado à rebelião”, não aprofunda suas análises, não especifica as particularidades das

mulheres nas questões universais da classe trabalhadora e aponta apenas algumas diretrizes. Entretanto, abordam questões polêmicas e fundamentais para o feminismo, como: a defesa da legalização do aborto; a defesa da igualdade salarial e de direitos; e o combate à violência. Antenados com as demandas centrais do feminismo, incorporam alguns aspectos e deixam um vazio no que poderia ser uma apresentação formal de um projeto de sociedade que contemple o feminismo.

Considerações finais

*Veja que rua é pra vida inteira*⁵¹.
Pitty

Não acreditamos que a história seja linear, evolutiva e muito menos estática. Ela é permeada por contradições, luta de classes, por idas e vindas. Do mesmo modo, não entendemos os partidos políticos como algo acabado, fechado. Ao contrário, são instrumentos construídos por sujeitos políticos inseridos em determinado contexto histórico, com particularidades objetivas e subjetivas de seu tempo. Nesse sentido, a atribuição de modelos partidários e a função que lhe é conferida também são resultados de projeção dos sujeitos. Por isso, no primeiro capítulo retomamos o sentido histórico dos partidos como instrumentos com capacidade de universalizar as demandas da classe trabalhadora e imprimir continuidade na luta de classes a partir da estruturação de um projeto societário. Quer dizer, apesar da descaracterização e do descrédito pelo qual atravessam os partidos, eles não são necessariamente usurpadores. Em contraponto, reafirmamos seu potencial revolucionário.

Da mesma forma, a centralidade conferida às eleições por um partido político reflete sua compreensão de tática e estratégia. Eleger é o objetivo principal? Ou ocupar o espaço da disputa eleitoral para o diálogo de ideias é mais importante do que conquistar um mandato? As pautas polêmicas são escamoteadas ou ganham visibilidade? As respostas dessas perguntas podem ser encontradas, em alguma medida, pela interpretação de um plano de governo. É nesse sentido que pensamos os limites e as possibilidades das eleições, bem como apontamos o que entendemos como feminismo.

Assim, discutimos especificamente o feminismo alertando como a divisão sexual do trabalho estrutura a produção das relações sociais (e sexuais) de produção e reprodução social e fundamenta a desigualdade entre homens e mulheres. Sob esse raciocínio, chamamos a atenção para as contradições do sistema patriarcal-racista-capitalista que também se expressam nos partidos e nos programas de governo. O feminismo também não é estático e as reivindicações das mulheres sofrem alterações. São reflexos, por exemplo, da participação das mulheres na política, que é mediada por uma condição histórica de marginalização dos espaços públicos e dos

⁵¹ Trecho da música “Noite inteira”, da cantora Pitty.

debates de interesse da sociedade. O avanço do feminismo nas organizações políticas e na sociedade como um todo depende diretamente da participação ativa de mulheres feministas na política. Como inserir essas mulheres na política? Como combater o sexismo dentro do próprio campo da esquerda? São questões que problematizamos ainda no primeiro capítulo.

Analisar a incorporação do feminismo nos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018 nos exigiu tecer algumas leituras de conjuntura. Isso porque identificar avanços, retrocessos, limites e possibilidades do feminismo e dos partidos de esquerda envolve articular presente e passado, atualidade e história.

Assim, diante do cenário de avanço do conservadorismo e de retirada de direitos, a esquerda e os setores progressistas, que se uniram parcialmente no segundo turno em torno da candidatura do PT, parecem continuar se enamorando no parlamento, ainda que com táticas diferentes. Uma frente progressista ampla parlamentar é fundamental em um contexto com tanto ataque ao pouco que a classe trabalhadora já conquistou. O desafio maior é construir unidade na luta popular, nas ruas. Construir uma experiência organizativa e de luta, mesmo que conjuntural, para evidenciar as contradições do governo Bolsonaro. Utilizar as mídias alternativas, as insatisfações generalizadas, converter o medo de LGBTs, negras(os) e mulheres em rebeldia e potencializar as(os) estudantes, em unidade com sindicatos, partidos, associações e demais movimentos populares. O que ainda podemos viver até as próximas eleições? E como serão as eleições? Não dá para ficar “jogando milho aos pombos”⁵² enquanto as condições de vida da maioria são deterioradas.

No primeiro capítulo, problematizamos a degeneração do sentido histórico dos partidos políticos como organizações que estruturam debates, reivindicações, formação política e luta coletiva. Apontamos como o jogo eleitoral tem transformado os partidos em meras legendas de aluguel. Esvaziam suas estratégias nos limites eleitorais. Não se debate projetos societários, pouco se faz de formação políticas, de lutas organizadas por partidos. Por vezes, não se entende o que cada um deles representa e o que

⁵² Trecho da música “Milho aos pombos”, de Zé Geraldo.

defendem para a sociedade. Como se sentir satisfeita(o) ou representada(o) por aquilo que nem se sabe o que é? Por isso, tanta rejeição aos partidos e descrença na política.

Falamos que nosso sistema eleitoral é personalista, que se vota em pessoas, não em ideias ou projetos. É comum a população escolher votar em alguém próximo, familiar, como no “moço da igreja”, “do bairro” ou “da distribuidora de água e gás”. A sensação de ser conhecido, estar por perto, leva a expectativa de um retorno, no sentido de se fazer algo “por nós”, “pela nossa unidade de saúde” ou “por aquela rua sem calçamento que ninguém aguenta mais”....

Assim, a disputa eleitoral é, em grande medida, envolta por interesses individuais, seja por parte do eleitorado, seja por parte das candidaturas. Logo, a tática eleitoral tem sido progressivamente esvaziada de um vínculo estratégico que represente um projeto societário.

Há algumas resistências a esse processo. Por exemplo, a proposta de lista preordenada sugerida pelos planos de governo do PT/PCdoB/PROS e do PSOL/PCB poderia mudar um pouco esse cenário. Ela consiste na elaboração com antecedência pelos partidos em uma lista de candidatas(os) para disputa do legislativo. A campanha não é para “Maria” ou “José”, a campanha é para um determinado partido que tem uma lista pré-definida com “Marias” e “Josés”. De acordo com a quantidade de votos que cada partido conseguir, define-se proporcionalmente quem será chamado a assumir o cargo. Isso permite uma discussão mais elaborada de projeto de país, pode forçar os partidos a ter mais espaços de acúmulo coletivo e definições de diretrizes. Pode obrigar uma maior vida política partidária, com maior participação das(os) filiadas(os). Sem determinismo, são possibilidades, mas cada partido adaptaria esse novo formato de acordo com suas convicções e interesses.

A paridade de gênero (sugerida por PT/PCdoB/PROS) em uma lista preordenada certamente daria um salto na quantidade de mulheres eleitas. Mais ainda no caso de alternância de gênero (sugerida por PSOL/PCB), considerando que a cada homem eleito, obrigatoriamente, a próxima da lista a ser chamada seria uma mulher. Não falamos de um processo automático, mas a obrigatoriedade de indicar e eleger mulheres em alguma medida também provoca os partidos a formar e preparar melhor seus quadros de mulheres.

Quer dizer, é uma proposta que provoca avanços, mas os resultados efetivos dependem de uma série de mediações postas na realidade contraditória da luta de classes.

Reforma Política e democracia são pautas articuladas ao feminismo nos planos de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila (PT/PCdoB/PROS) e de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara (PSOL/PCB), mesmo que trabalhadas sob perspectivas diferentes. O plano de PT/PCdoB/PROS, construído no sentido de retomar os tempos do PT no governo federal, apresenta medidas para **“refundar e aprofundar a democracia no Brasil”** (PT;PCdoB;PROS, 2018, p. 10; grifos do autor), articulando democracia a ampliação da participação das mulheres e de segmentos populares. Assim, afirmam que **“O combate ao racismo e ao machismo têm, para nós, papel estratégico na construção da democracia de alta intensidade pela qual lutamos”** (PT;PCdoB;PROS, 2018, p. 6).

Entendendo que não há democracia sem igualdade, o plano de governo de Boulos e Guajajara defende **“a construção de outro projeto de poder cujo princípio seja a radicalização da democracia e da participação popular na busca de outro modelo de sociedade”** (PSOL; PCB, 2018, p. 2). Nesse sentido, defendem articulam outro modelo de sociedade a outro modelo democracia, argumentando que **“[...] governar não é dirigir. Governar é garantir as condições para que as pessoas dirijam a si mesmas de forma coletiva e cooperada”** (PSOL; PCB, 2018, p. 23; grifos do autor). Garantir essas condições implica em ampliar o tempo livre da população com redução das jornadas de trabalho, por exemplo (PSOL; PCB, 2018). Para as mulheres, implica também em redução dos encargos com as tarefas domésticas e a atenção à família. Sob esse raciocínio elaboram propostas para aumentar a participação de mulheres na política articulando ações afirmativas (como cotas em postos de trabalho e alternância na lista preordenada nas eleições) e demais políticas na articulação da totalidade da vida dessas mulheres. Assim, afirmam que **“É preciso superar o ‘ciclo participacionista’ dos governos anteriores”** (PSOL; PCB, 2018, p. 23), em uma crítica direta aos limites da democracia conduzida pelos governos do PT.

Duas pautas aparecem em todos os planos de governo do campo da esquerda selecionados para esta pesquisa: o combate à violência contra as

mulheres e a defesa de igualdade salarial entre homens e mulheres. Segundo o 13º Anuário de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), o país vive um aumento de aproximadamente 4% dos casos de feminicídio. Assim, as estatísticas que já apontavam que uma mulher é morta por feminicídio no Brasil a cada 8 horas são agravadas.

A questão da violência contra as mulheres, expressão da dominação patriarcal pela desigualdade a que estão sujeitas, é abordada pelos mais diversos movimentos feministas e de mulheres. Portanto, é uma questão elementar, urgente e sem muitas discordâncias sobre a necessidade de enfrentamento. Pode-se divergir sobre como combater: uns defendem a liberação do porte de armas que, aliás, teria rebatimentos desastrosos para as mulheres em contextos como o nosso de dominação patriarcal. Outros, acreditam que as políticas públicas são suficientes para resolver a questão da violência. E ainda há aquelas que defendem que a violência contra as mulheres, por ser apenas o que aparenta de uma questão mais profunda, indicam que a superação do sistema patriarcal-racista-capitalista é a única forma de ruir o que sustenta esse fenômeno social. Entretanto, o que queremos destacar é que todos os planos abordam a questão.

Já a questão salarial diz respeito à autonomia e dignidade das mulheres. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres recebem 20,5% a menos que os homens em todas as ocupações⁵³. Apesar de alguns setores do campo da direita ainda defenderem a desigualdade salarial justificada pelo direito à licença maternidade, a exemplo de Jair Bolsonaro⁵⁴, há consenso nos partidos de esquerda que a garantia de emprego, renda, divisão de tarefas domésticas, valorização profissional e igualdade salarial são fundamentais para o enfrentamento das desigualdades que vivem as mulheres.

Sendo uma das reivindicações mais polêmicas do feminismo, a defesa da descriminalização e legalização do aborto aparece apenas nos planos de

⁵³ Conferir: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=24276&t=destaques>>. Acesso em: 04/10/2019.

⁵⁴ O presidente afirmou em uma entrevista que a igualdade salarial não é justa porque as mulheres engravidam. Conferir: < <https://revistacrescer.globo.com/Familia/MaeseTrabalho/noticia/2015/02/jairbolsonarodizquemulherdeveganharsalariomenorporqueengravidada.html>>. Acesso em: 04/10/2019.

PSOL/PCB e do PSTU. O PT, apesar de ter resolução congressual defendendo a descriminalização e a legalização, e mesmo tendo militantes do partido construindo movimentos feministas que também comungam dessa reivindicação, a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres, não aborda essa questão no plano de governo. Aliás, não existe a palavra “aborto” no documento da candidatura de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila. A defesa da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres é feito de forma generalizada, sem tocar na polêmica. É uma questão que nos indica o caminho do *taticismo* trilhado pelo partido para chegar ao poder do Estado.

Considerar que diante de “um passo à frente já não estamos no mesmo lugar”⁵⁵ é entender que há incorporação do feminismo pelos partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2018 e que isso são passos de uma longa caminhada. Ou seja, é entender que ainda há muito o que avançar. É valorizar a organização das mulheres e o crescimento do feminismo, que tem provocado mudanças nas organizações partidárias e na política de uma forma geral. Mas também é identificar os atrasos da esquerda na incorporação das demandas das mulheres. É apontar os limites de uma política conservadora e machista que se apresenta pouco atraente e acolhedora para as mulheres e os segmentos populares.

Por fim, entendemos que diante de uma conjuntura de acirramento da luta de classes, com avanço do conservadorismo e crescimento do feminismo, os partidos tem um solo fértil para retomar sua função histórica de organizar a classe trabalhadora em torno de um projeto emancipatório e libertário. E que, portanto, não serve qualquer comunismo ou socialismo, ele precisa estar impregnado de feminismo.

⁵⁵ Trecho da música “Passeio no mundo livre”, de Chico Science.

Referências bibliográficas

ARY, Z. **Feminino e masculino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.

ÁVILA, M. B. **O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: UFPE, 2010.

BRAZ, M. **Partido e revolução: 1848-1989**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CASTRO, V. V. **Não é o caminho mais fácil, mas é o caminho que eu faço: a trajetória do conjunto CFESS/CRESS na legalização do aborto**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2016.

CISNE, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018. 2. Ed.

_____. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. In: **Serviço social e Sociedade**, n. 132. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v. 8).

COUTINHO, C. N. O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista. In: REIS, D. A. (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

ENGELS, F. A Mulher hoje. In: MARX, ENGELS, LENIN. **Sobre a mulher**. Coleção bases, n. 17. São Paulo: Global editora, 1979.

FERREIRA, V. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. 2017. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

HARNECKER, M. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LENIN, V. I. A Mulher hoje. In: MARX, ENGELS, LENIN. **Sobre a mulher**. Coleção bases, n. 17. São Paulo: Global editora, 1979.

LENIN, V. I. **Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. **A autocrítica do Marxismo**. Temas de ciências humanas. Volume 4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

LUXEMBURGO, R. **A socialização da sociedade**. 1918. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/socializacao.htm>>.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Coleção: Os Economistas. São Paulo. Abril Cultural. 1982.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família da política de assistência social: contribuições para o debate. In: **Revista de Políticas Públicas**. V.8, n.1. São Luís: UFMA, 2004.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo I: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA, L. G. P. de. **Estratégias e táticas**: reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

ROWBATHAM, S. "O Movimento de Mulheres e a Organização para o Socialismo". In: WAINWRIGHT, Hilary (et. al). **Além dos Fragmentos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I, n, 2009.

SANTOS, S. M. M. dos. Direitos, desigualdade e diversidade. In: Boschetti, I. (at all). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

VELOSO, R. No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. In: **Revista Praia Vermelha**. Estudo de Política e Teoria Social. V. 2, n. 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

Documentos Utilizados

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisanacionalporamostradedomicilioscontinuamensal.html?edicao=24276&t=destaques>>. Acesso em: 04/10/2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13anuariobrasileirodeseguranca publica/>>. Acesso em: 04/10/2019.

PSOL/PCB. Plano de Governo Vamos Sem Medo de Mudar o Brasil. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016/proposta_1533565462424.pdf>.

PT/PCdoB/PROS. Plano de Governo O Povo Feliz de Novo. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000629808/proposta_1536702143353.pdf>.

PSTU. Plano de Governo do PSTU. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601173/proposta_1533576953009.pdf>.